



## BANCO BAI EUROPA, S. A.

### Relatório n.º 7/2009

Sede: Avenida de António Augusto Aguiar, 130, em Lisboa.  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 11 262.

Número de identificação de pessoa colectiva: 505274922.

### Relatório de Gestão de 2008

#### Apreciação Geral

A actividade económica ao longo de 2008 decorreu num cenário de muitas incógnitas, em resultado da crise dos mercados financeiros que se iniciou no verão de 2007. A incerteza sobre a real extensão das perdas suportadas pelo sector financeiro mundial, na sequência do colapso do mercado imobiliário de alto risco nos Estados Unidos, *sub-prime*, resultou numa redução significativa da confiança na solidez das instituições financeiras, com a consequente perda de valor das acções representativas do capital destas instituições.

Adicionalmente, muitas instituições financeiras, com receio de estarem expostas ao risco das suas congéneres, começaram a mostrar uma forte relutância em colocar fundos no mercado interbancário. Esta situação determinou numa crescente dificuldade de *funding* pelas instituições financeiras, tendo colocado em risco a sobrevivência de algumas e suscitado sérios temores de alastramento da crise, o que levou a que os Bancos Centrais efectuassem diversos tipos de intervenções no sistema financeiro, desde cortes nas taxas de juro a injeções de liquidez nos mercados.

Como resposta aos efeitos desta crise, as taxas dos *Federal Funds* que no início de 2007 se encontravam em 5,25%, foram drasticamente reduzidas, estando agora em níveis entre 0,00% e 0,25%. Por seu turno, o BCE viu-se também obrigado a interromper o seu ciclo de subidas de taxas, que depois de terem atingido 4,25%, a 9 de Julho de 2008, fecharam o ano em 2,50%, tendo já no corrente ano baixado para 2,0%.

A crise financeira levou a maioria dos bancos internacionais a acumular prejuízos que ascendem a milhares de milhões de euros entre imparidades e provisões. Em 15 de Setembro de 2008 verificou-se a apresentação à falência do Lehman Brothers, o que elevou a crise para níveis inéditos tendo colocado em sério risco a estabilidade do sistema financeiro internacional, forçando os Bancos Centrais, em paralelo com os governos, a intervir novamente e em grande escala, desta vez com medidas de apoio às instituições financeiras que incluíam a injeção de montantes elevados de capital e a concessão extraordinária de garantias para viabilizar a emissão de dívida, tendo como objectivo facilitar o seu financiamento no mercado e possibilitar o "funcionamento regular da economia".

Neste cenário de grande instabilidade e incerteza, o Banco BAI Europa, S.A. (BAIE) desenvolveu a sua actividade com extrema prudência, analisando atentamente os riscos acrescidos do mercado a que se encontrava exposto, mas sem perder de vista as oportunidades apresentadas, ajustando a estrutura dos seus activos com o objectivo de maximizar os resultados ao mesmo tempo que mantinha os níveis de risco sob controlo.

A actividade do Banco em 2008 foi caracterizada por um forte crescimento dos activos e passivos, bem como por uma evolução favorável dos seus resultados, tendo-se registado um resultado líquido de € 2.015.842, mais 20,9% do que em 2007.

Outro factor significativo em 2008 foi o aumento do capital do Banco, de € 17,5 milhões para € 30 milhões, adequando assim a sua estrutura financeira ao crescimento verificado.

Os resultados alcançados advêm de vários factores, entre eles: (i) crescimento relevante da carteira de crédito a clientes, (ii) aumento e volatilidade significativa das taxas de juro interbancárias durante o segundo semestre e (iii) aumento do volume de transacções com a Casa Mãe.

Conforme acima referido, e não obstante o Banco ter mantido a sua política conservadora de concessão de crédito, a carteira de crédito a clientes (não titulado) registou um aumento de 153,3%, atingindo € 89.585.549 no final do ano (2007 = € 35.370.417).

Os recursos de clientes também evidenciam um aumento relevante de 47,2% sobre o saldo no final do ano transacto, tendo atingido € 119.264.913 em 31 de Dezembro de 2008. Os recursos de instituições financeiras aumentaram 232,2%, tendo atingido € 1.002.460.453 na mesma data.

O rácio de *cost to income* foi de 35,1% no ano, evidenciando uma melhoria significativa de eficiência comparativamente ao nível registado em 2007 de 65,9%.

Em 1 de Janeiro de 2008 o Banco implementou o Novo Acordo de Capital emitido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia II). A implementação deste Novo Acordo envolveu um projecto abrangente, que compreendeu não só a alteração dos requisitos de adequação de capital seguindo estas novas regras (Pilar I), mas também uma análise detalhada dos sistemas de controlo interno do Banco com especial ênfase nos sistemas de medição, gestão e reporte de riscos (Pilar II). O objectivo deste projecto não se limita apenas a assegurar o cumprimento da regulamentação emitida pelo Banco de Portugal, mas, visa também, um aperfeiçoamento da eficiência e da eficácia no modelo de gestão do Banco.

O rácio de solvabilidade no final de 2008 situava-se em 8,4%, apresentando uma redução significativa do nível de 15,8% em 2007. Esta redução é consequência do crescimento significativo do balanço e da diversificação dos activos que se traduziu em investimentos de risco, maturidade e rendimento superiores aos detidos no ano transacto. A alteração das ponderações de posições de risco de crédito em activos e em extrapatrimoniais e a introdução de requisitos de capital para risco operacional, conforme previsto no Novo Acordo de Capital - Basileia II, também contribui para a redução deste indicador.

Em 2008 deu-se, ainda, a alteração da imagem corporativa do Banco, integrada por um novo logótipo e assinatura, acompanhando a mudança efectuada pela nossa Casa Mãe em Angola, o Banco Africano de Investimentos, S.A. (BAI), e lançada no dia 25 de Maio, dia de África. A nova imagem reflecte o desenvolvimento do BAI desde a sua inauguração em 1996, o espaço que ocupa não só em Angola, mas igualmente nos outros países em que está presente e tem ainda em conta o futuro delineado para o Banco.

#### Perspectivas Futuras

O FMI prevê para 2009 um cenário fortemente negativo, com uma antevisão de quase estagnação da economia mundial e de contracção significativa, de -2%, das economias mais avançadas que, a verificar-se, será a primeira contracção deste grupo de economias após a 2ª Guerra Mundial. No conjunto das economias mais avançadas releva-se a previsão de contracção de -1,6% nos EUA, -2,0% na Zona Euro (Alemanha, -2,5%; França, -1,9%; Itália, -2,1%; Espanha, -1,7%), -2,8% no Reino Unido e no Japão -2,6%.

Para Portugal, a previsão oficial mais recente aponta para uma contracção da actividade de 0,8% em 2009. No entanto, declarações posteriores de alguns responsáveis pela política económica bem como o desempenho da economia, (muito aquém do esperado em 2008 – em especial a forte contracção registada no 4º trimestre, de 2,1%), sugerem que o cenário poderá ser ainda mais desfavorável.

Para as economias emergentes e em desenvolvimento, a nova previsão é de um crescimento de 3,3%, sendo de 3,4% para África (3,5% para a África ao sul do Sahara).

Neste cenário macroeconómico, as perspectivas para o BAIE, muito pouco exposto ao risco de crédito do mercado português, tanto de particulares como de empresas, e actuando sobretudo num nicho de mercado que consiste no financiamento de transacções ou de investimentos dirigidos à economia angolana, não são propriamente negativas, apesar da crise que afecta a generalidade dos sectores de actividade em Portugal e do forte crescimento do crédito de cobrança duvidosa que se vem registando no mercado bancário.

Entretanto, é expectável que a redução de taxas de juro, tanto do Euro como do USD – sobretudo deste – poderão significar um menor potencial de proveitos em aplicações interbancárias e noutros instrumentos de curto prazo, traduzindo-se numa redução da margem financeira.

Para a actividade e para as condições de exploração do BAIE será particularmente importante a confirmação de um crescimento económico sustentado em Angola e, sobretudo, a manutenção de um saldo positivo da balança de pagamentos com o exterior, incluindo os fluxos de capitais privados, favorecendo a expansão das transacções e dos investimentos realizados por empresas residentes em Portugal, alargando o espaço do nicho de mercado que constitui o seu principal alvo.

A valorização do USD em relação ao Euro, que se registou nos últimos meses, bem como a estabilidade da relação KWANZA-USD, pode ter um impacto favorável para as empresas situadas nesse mesmo nicho, com reflexos positivos para as operações do BAIE.

Parece, assim, que estão reunidas condições que recomendam ou até reforçam o prosseguimento da estratégia de negócio que o BAIE adoptou nos últimos anos e que se tem caracterizado por uma elevada prudência no crescimento da exposição aos riscos de crédito.

Neste contexto, o BAIE prosseguirá os seus objectivos, devendo no entanto admitir-se um crescimento pouco significativo do negócio para o ano de 2009, face ao cenário macro económico subjacente bastante mais adverso.

#### Agradecimentos

Salienta-se, com muito agrado, o empenho de todos os Colaboradores do Banco, que continuam a demonstrar elevada responsabilidade e competência no desempenho das suas tarefas. O profissionalismo e dedicação demonstrado por esta equipa torna possível o cumprimento dos objectivos que nos propomos realizar.

Também se regista e agradece a confiança que os Clientes têm depositado no Banco, que nos estimula para continuarmos a prestar um serviço de qualidade e de valor acrescentado, em especial visando o aprofundamento das relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola.

Agradecemos ainda o apoio e colaboração da Casa Mãe em Luanda, que muito tem contribuído para o sucesso do nosso negócio.

#### Enquadramento Macroeconómico 2008

A actividade económica mundial registou em 2008 um abrandamento sensível: de acordo com as últimas estimativas divulgadas em finais de Janeiro pelo FMI em *Update ao World Economic Outlook* (WEO), o crescimento terá abrandado de 5,2% em 2007 para 3,4% em 2008 (PIB calculado pelo método da paridade dos poderes de compra).

O abrandamento foi bastante mais acentuado nas economias mais desenvolvidas, de 2,7% para 1% - com realce para os EUA e a zona Euro - e nas novas economias industrializadas da Ásia, de 5,6% para 2,1%, sendo menos acentuado no grupo das economias emergentes onde se destacam a China e a Índia, verificando-se neste caso uma redução da taxa de crescimento de 8,3% para 6,3%.

A desaceleração da actividade foi particularmente sensível no segundo semestre de 2008, em que algumas das mais importantes economias entraram mesmo em fase de recessão - casos mais notáveis

os EUA, a Alemanha, o Japão e o Reino Unido – explicando-se, segundo a análise do próprio FMI, pelo agravamento da crise financeira internacional.

A proliferação da crise financeira internacional, detonada pela implosão já em 2007 do mercado hipotecário de mais alto risco nos EUA, conhecido por *sub-prime* e continuada através da generalizada correcção dos preços dos activos financeiros e reais, veio, com efeito, introduzir uma perturbação extraordinária nos cenários macro-económicos para 2008 e, em especial, para 2009.

Assim, no seu WEO publicado em Outubro de 2008 o FMI admitia já um cenário de recessão ou quase recessão para as economias desenvolvidas no segundo semestre do ano e em 2009. Para a economia mundial, depois do crescimento de 5,2% registado em 2007, a previsão era de desaceleração para 3,9% em 2008 e 3,0% em 2009.

O FMI advertia, então, ainda, para a existência de substanciais riscos de um cenário mais adverso, referindo em especial a persistência de um elevado *stress* nos mercados financeiros e o facto de o processo de *deleveraging*, a seguir referido, poder vir a ser mais profundo e mais demorado, impondo restrições adicionais no crédito à economia.

Após essas previsões, o FMI apresentou a 6 de Novembro, num primeiro *Update* do WEO, um cenário mais desfavorável para 2008, com a redução do crescimento da economia mundial de 3,9 para 3,7%, e com as economias mais avançadas crescendo 1,4% e as economias emergentes e em desenvolvimento 6,6%.

Como se pode verificar, no mais recente *Update*, referido em 1., o cenário é ainda mais negativo quanto a 2008 e é bastante negativo quanto a 2009, neste último ano com uma antevisão de quase estagnação da economia mundial e de contracção significativa, de -2%, das economias mais avançadas. (ver quadro seguinte)

#### Overview of the World Economic Outlook Projections

	Year over Year	
	2008	Projections 2009
<b>World output<sup>1</sup></b>	<b>3.4</b>	<b>0.5</b>
Advanced economies	1.0	-2.0
United States	1.1	-1.6
Euro area	1.0	-2.0
Germany	1.3	-2.5
France	0.8	-1.9
Japan	-0.3	-2.6
United Kingdom	0.7	-2.8
Emerging and developing economies <sup>2</sup>	6.3	3.3
Africa	5.2	3.4
Sub-Sahara	5.4	3.5
Developing Asia	7.8	5.5
China	9.0	6.7
India	7.3	5.1
ASEAN-5	5.4	2.7
Middle East	6.1	3.9
<b>World trade volume (goods and services)</b>	<b>4.1</b>	<b>-2.8</b>
<b>Consumer prices</b>		
Advanced economies	3.5	0.3
Emerging and developing economies <sup>2</sup>	9.2	5.8
<b>London interbank offered rate (percent)<sup>3</sup></b>		
On U.S. dollar deposits	3.0	1.3
On euro deposits	4.6	2.2
On Japanese yen deposits	1.0	1.0

Note: Real effective exchange rates are assumed to remain constant at the levels prevailing during December 08, 2008-January 05, 2009. Country weights used to construct aggregate growth rates for groups of countries were revised.

<sup>1</sup>The quarterly estimates and projections account for 90 percent of the world purchasing-power-parity weights.

<sup>2</sup>The quarterly estimates and projections account for approximately 76 percent of the emerging and developing economies.

<sup>3</sup>Six-month rate for the United States and Japan. Three-month rate for the euro area.

Fonte: FMI

Uma das consequências mais relevantes da crise financeira mundial e da forte correcção de valor dos activos financeiros e reais que arrastou, é a necessidade de uma redução significativa do nível de *"leverage"* – relação entre activos totais e fundos próprios – apresentado pelos balanços das instituições financeiras na sequência das elevadas perdas de valor (ou imparidades) de uma boa parte dos seus activos, com o seu reflexo directo na situação líquida e nos fundos próprios.

Essa redução, habitualmente designada por *deleveraging* pode ser feita mediante reforço dos seus fundos próprios e/ou da redução dos níveis de exposição ao risco, com destaque para os riscos de crédito. Acontece que o forte agravamento do cenário de crise de confiança a partir do final do 3.º Trimestre de 2008, em especial após a queda do Lehman Brothers um dos maiores bancos de investimento americanos, precipitou um movimento acelerado de aversão ao risco e quebras acentuadas nas cotações bolsistas.

Como resultado, o reforço dos fundos próprios das instituições financeiras tem-se revelado muito difícil ou quase impossível, mesmo através de operações de mercado.

Esta situação viria a determinar, já no último trimestre de 2008, a intervenção forçada dos próprios estados nacionais ou federais no provimento desses recursos, de forma mais ou menos concertada e a partir do exemplo adoptado nos EUA com o TARP (*Troubled Assets Relief Program*), adoptado no final do mês de Setembro pelo Congresso norte americano.

O TARP permitirá ao Tesouro americano, ao longo dos próximos dois anos, adquirir uma diversidade de activos creditícios problemáticos (também designados por *toxic assets*) – em especial, os activos suportados em ou relacionados com hipotecas sobre habitações ou espaços comerciais - detidos por instituições de crédito com actividade nos EUA, até um total de USD 700 mil milhões.

Na Europa tem prevalecido a ajuda directa a instituições bancárias sob a forma de (i) subscrição de reforços de capital, normalmente acções preferenciais, solução adoptada por exemplo no Reino Unido, em França, na Bélgica, na Alemanha e na Holanda, (ii) prestação de garantia do Estado para operações de financiamento, casos de Espanha e de Portugal, (iii) alargamento da cobertura nos sistemas de garantia de depósitos, caso mais notável da Irlanda, ou ainda (iv) afectação de fundos públicos, via sistema bancário, ao financiamento de sectores económicos tidos por prioritários no caso de Itália e também de Espanha.

Face à dificuldade em obter fundos próprios através do mercado, a outra componente do *deleveraging* - a redução das exposições de risco – tem vindo a desempenhar neste quadro de ajustamento um papel bastante importante, obrigando muitas instituições a conter rigidamente a aquisição de novos activos de risco, em especial restringindo a concessão de crédito e/ou agravando o respectivo preço.

Ao mesmo tempo, o ambiente de extrema incerteza que se criou no tocante ao desempenho futuro da actividade económica tem induzido a um agravamento da percepção do risco económico associado à actividade das empresas não financeiras e aos seus investimentos, reforçando uma atitude mais conservadora na concessão de crédito.

A observação empírica do comportamento do mercado do crédito nos últimos tempos permite-nos constatar esta nova realidade, ou seja, uma significativa mudança nos critérios de concessão de crédito por parte dos bancos depois de vários (longos) anos em que as condições de acesso ao crédito estiveram amplamente liberalizadas e em que os bancos, de uma forma geral, assumiram políticas bastante agressivas de aumento das suas exposições de risco.

Como reflexo das maiores limitações no acesso a crédito bancário, as próprias empresas não financeiras estão a ajustar os seus planos de actividades, restringindo ou adiando despesas correntes ou de investimento, ou mesmo tentando desinvestir – dessa forma contribuindo para o abrandamento da actividade económica e deprimindo mais os valores de activos reais e financeiros.

Ainda no tocante aos desenvolvimentos da crise financeira, cumpre destacar que foi possível, através de vigorosas intervenções das autoridades monetárias e financeiras - a começar nos EUA, epicentro da crise - evitar os riscos de uma catástrofe generalizada do sector bancário, a qual teria tido consequências dramáticas para o funcionamento das economias.

O papel dos bancos centrais através de maciças injeções de liquidez no sistema bancário terá sido neste contexto decisivo, conseguindo ultrapassar a extrema rigidez que chegou, sobretudo no final do 3.º e início do 4.º trimestres de 2008, a afectar o funcionamento dos mercados interbancários em resultado da desconfiança em relação à saúde financeira de muitas das instituições participantes.

A liquidez injectada pelos bancos centrais forneceu às instituições, de um modo geral, a liquidez indispensável para poderem continuar a operar, cumprindo as suas próprias obrigações de passivo e satisfazendo, embora com as restrições já mencionadas, a procura de moeda para transacções.

Nesta altura, a situação dos mercados interbancários pode considerar-se próxima da normalidade, sendo já reduzidos os diferenciais entre as taxas oficiais de intervenção e as taxas de juro interbancárias, tanto no caso do USD como do Euro. Convém, no entanto, acrescentar que esta situação de quase normalidade se verifica nos segmentos mais curtos dos mercados interbancários, existindo ainda elevada resistência nos segmentos mais longos onde a percepção do *peer risk* é mais sensível.

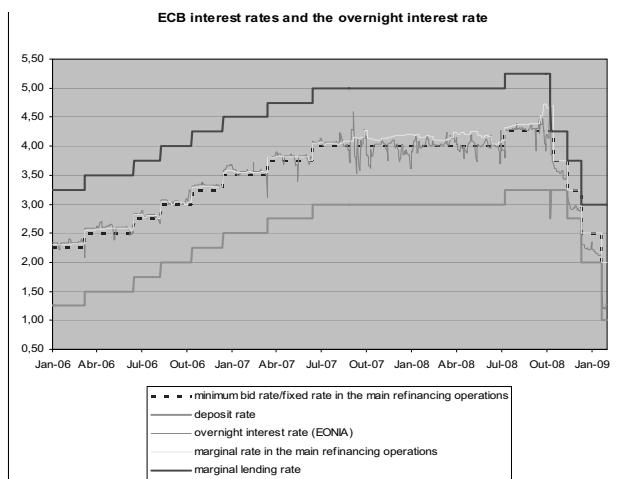
Quanto ao processo de *deleveraging* aparenta encontrar-se numa fase inicial, pelo que os seus efeitos deverão ainda fazer-se sentir por um período de tempo bastante mais longo.

Talvez pelas razões mencionadas nos dois parágrafos anteriores se começa a falar, também na Europa, de iniciativas públicas dirigidas à clarificação dos balanços das principais instituições de crédito, visando a separação dos chamados "activos tóxicos" (activos suspeitos de imparidades dificilmente quantificáveis). A ideia, ainda em fase embrionária, parece consistir na criação de uma nova entidade – tipo IFIC – cujo objecto consistiria em adquirir esses activos ao *fair price*, procurando depois colocá-los no mercado pelo método da securitização.

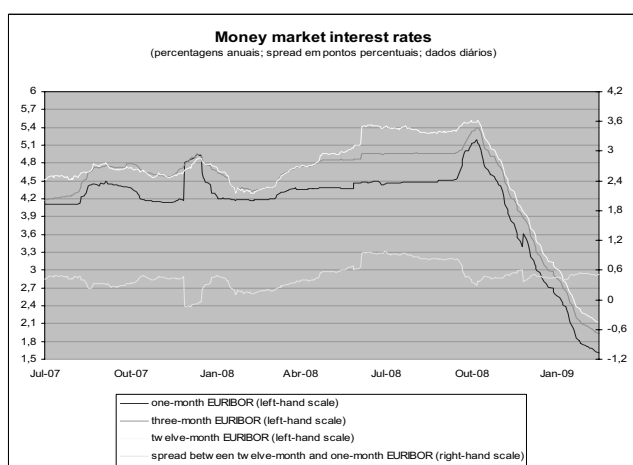
Uma das consequências naturais do forte abrandamento económico assinalado pelo FMI consiste no desaparecimento das tensões inflacionistas que marcaram, em especial, os dois primeiros trimestres de 2008, beneficiando da forte descida que se tem verificado nos preços das principais matérias-primas e, também, na menor pressão para aumentos salariais que um cenário de crise económica propicia.

Com a eliminação das pressões inflacionistas num cenário de forte abrandamento da actividade, era de esperar que as taxas de juro dos bancos centrais voltassem a níveis baixos – historicamente baixos - em termos nominais e reais, procurando oferecer algum estímulo à actividade económica.

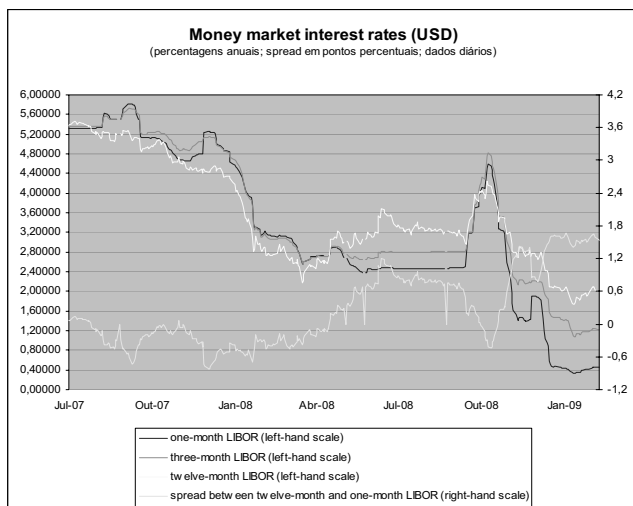
Assim, assistimos a reduções generalizadas nas taxas de juro mais representativas - a do FED em 0,5% para 1% em Novembro e já em Dezembro para valores entre 0,00% e 0,25% - a mais baixa taxa de sempre - a do BCE em 0,5% para 3,25% em Novembro, em Dezembro para 2,5% e em Janeiro de 2009 para 2,0%, e a do Banco de Inglaterra para 3,0% em Novembro, para 2,0% em Dezembro, 1,5% em Janeiro e em Fevereiro de 2009 para 1,0% - a taxa de juro mais baixa de sempre na história deste Banco Central.



Fonte: Boletim mensal Fevereiro 2009 BCE



Fonte: Boletim mensal Fevereiro 2009 BCE



Fonte: Boletim mensal Fevereiro 2009 BCE

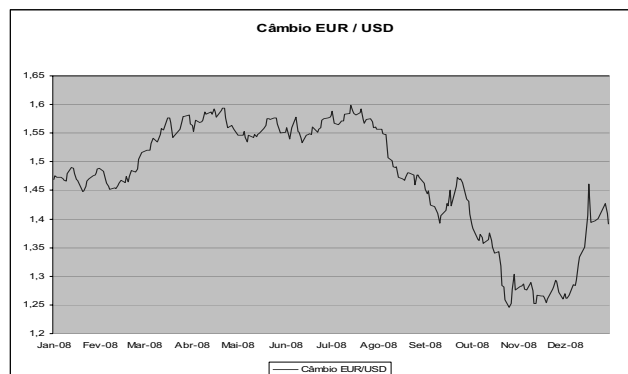
Não são de excluir novas descidas das taxas de juro na Europa em 2009, caso o cenário de contração económica se acentue, podendo vir a verificar-se uma situação próxima da de *Money for nothing* adoptada pela Reserva Federal americana. As expectativas inflacionistas baixaram, admitindo-se em 2009 uma inflação não superior a 1%.

Resta saber até que ponto um mercado bancário/financeiro em processo de *deleveraging* e sob o efeito de um acentuado agravamento da percepção do risco terá condições para funcionar como transmissor eficiente do alívio da política monetária para a economia, através de taxas de juro activas mais baixas – e, também, até que ponto uma economia com expectativas tão baixas e um cenário tão incerto será capaz de aproveitar o estímulo da política monetária para expandir os seus consumos ou investimentos.

Este problema é particularmente agudo no caso de países, como Portugal, em que todos os sectores institucionais apresentam taxas de endividamento muito elevadas e em que um mais intenso recurso ao crédito, tanto para consumo como para investimento, constitui uma opção sujeita a grandes limitações.

O cenário de abrandamento económico e de entrada em fase recessiva a “reboque” dos insucessos da economia americana por um lado e, por outro, a percepção da maior dificuldade em aplicar na Europa e na zona Euro em particular, o mesmo tipo de medidas de estímulo monetárias, financeiras ou fiscais projectadas ou anunciadas nos EUA para combater os efeitos da crise, criaram, a partir do 3º trimestre de 2008, a noção de que o *downturn* poderia vir a ser mais prolongado e acentuado na Europa do que nos EUA.

A percepção referida no parágrafo anterior explicará que, apesar da descida muito mais rápida das taxas de juro nos EUA do que na Europa, a partir do início do 3º trimestre de 2008 o câmbio Euro/USD, depois de um longo período de valorização que atingiu um pico histórico de quase 1,60 em Julho, tenha invertido essa tendência, verificando-se, apesar de algumas oscilações em Novembro, uma apreciação do USD que se tem mantido em 2009.



Embora a incerteza seja a nota dominante no que respeita às expectativas económicas, não surpreenderá que a tendência de apreciação do USD ainda possa manter-se, nomeadamente se o desequilíbrio da balança comercial norte americana continuar a diminuir, como tem sucedido nos últimos meses e se as taxas de juro de longo prazo do USD vierem a superar as do Euro.

**Economia Angolana**

Passando ao caso particular da economia angolana, a previsão do WEO do início de Outubro era de alguma desaceleração - de 16,0% em 2008 para 12,8% em 2009 - sendo mesmo assim, a taxa mais elevada da amostra de países de África seleccionada pelo IMF.

Esta desaceleração da actividade em Angola era explicável sobretudo pela estabilização da produção de petróleo que em 2009 não deverá crescer, podendo mesmo vir a registar algum decréscimo por força das restrições já adoptadas ou ainda a adoptar pela OPEP, para tentar travar uma deterioração mais acentuada dos preços do mercado do crude.

Em contraponto, deve esperar-se que o crescimento em Angola em 2009 venha a ter um maior contributo dos sectores não-petrolíferos, traduzindo uma desejada redução da vulnerabilidade da economia a choques adversos, como, por exemplo, o de uma quebra muito mais acentuada dos preços do petróleo.

Saliente-se que já depois de apresentada a previsão do FMI, o Governo Angolano divulgou uma previsão mais moderada, com um crescimento de 11,8%. Mas, tendo em conta as revisões em baixa entretanto divulgadas, para o resto do mundo, não surpreenderá que em 2009 a economia angolana desacelere mais do que o previsto, podendo vir a registar uma taxa de crescimento significativamente inferior a 10%.

Já quanto à balança de pagamentos, o IMF continuava a prever um saldo positivo bastante confortável em 2009, de cerca de 15,9% do PIB (18,0% em 2008); mesmo que essa previsão não seja agora realista, deverá esperar-se, não obstante, um excedente nos pagamentos com o exterior, o que será importante para os países como Portugal que pretendem incrementar as suas trocas comerciais com Angola.

**Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa**

**Actividades Operacionais**

- Banca de Investimentos (BI)

Em 2008, a Banca de Investimento manteve uma tendência de crescimento muito acentuada, conforme evidenciado pelo aumento da sua carteira de crédito em operações de financiamento estruturadas não tituladas em cerca de 288,1%.

A Banca de investimento tem vindo a desenvolver uma política de rigor e qualidade nos serviços prestados e na personalização da relação com os seus Clientes, orientando-se pelos princípios estratégicos da flexibilidade, profissionalismo e selectividade nas oportunidades de negócio.

Foram estruturadas diversas operações de financiamento, tendo a Banca de Investimentos sido capaz de desenvolver a sua actividade, não apenas em Portugal e em Angola, mercados naturais para o BAIE, mas também em países como o Uruguai, a Inglaterra e a Austrália.

Essa actividade incluiu, ainda, a prestação de serviços de assessoria financeira, análise e participação em financiamentos estruturados por outros bancos e de produtos alternativos para investimento dos recursos do Banco, de acordo com a política definida e implementada pela Administração. Merece destaque a operação de financiamento de 80 Milhões de USD do Investec Bank (Australia) Limited, na qual o BAIE actuou como *“Mandated Lead Arranger”*.

O quadro seguinte apresenta um resumo da evolução da carteira de crédito do BAIE:

	€ Milhões		
	2008	2007	Δ %
DBC	36,9	21,8	69,3%
DBI	52,4	13,5	288,1%
Crédito vencido	0,3	0,2	50,0%
Provisões Crédito vencido e de cobrança duvidosa	-0,3	-0,2	50,0%
Provisões Risco-país	-1,9	-0,1	1800,0%
<b>Carteira de crédito a clientes líquida não titulada</b>	<b>87,4</b>	<b>35,2</b>	<b>148,3%</b>
Papel Comercial	14,7	16,0	-8,1%
Obrigações	5,6	4,8	16,7%
Provisões Risco-país	-0,5	-0,5	-
<b>Carteira de crédito líquida titulada</b>	<b>19,8</b>	<b>20,3</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Total carteira de crédito</b>	<b>107,2</b>	<b>55,5</b>	<b>93,2%</b>

#### - Banca Comercial (BC)

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes. O prosseguimento desta estratégia proporcionou um aumento da sua carteira de clientes, pese embora o facto de o Banco ter continuado a seguir uma política de crédito muito conservadora e focalizada no seu mercado alvo.

No actual cenário de crise económica, as vantagens desta política tornam-se mais visíveis e, no respeitante ao crédito vencido, a carteira do BAI não mostra qualquer correlação com a evolução do crédito vencido no restante sistema bancário português. De facto, a qualidade do crédito continua a demonstrar bons níveis, não obstante a forte degradação da conjuntura, sendo o indicador Crédito Vencido / Crédito Total de, apenas 0,3% no final de 2008, e de 0,4% no período homólogo.

A captação de recursos foi também bem sucedida em 2008. Os recursos de clientes cresceram 47,2% relativamente ao ano anterior, e no final de 2008 totalizaram €119.264.913 (€ 81 milhões em 2007). Este aumento foi acompanhado por uma alteração na composição da carteira em termos de moeda. No final de 2008, a percentagem de depósitos denominados em EUR atingiu 32,0% do total da carteira. (20,8% em 2007).

#### - Mercados Financeiros

A área de Mercados Financeiros desempenha funções em duas vertentes distintas, designadamente, uma de negócio, com o objectivo de rentabilizar os recursos do Banco que não estão aplicados em crédito concedido, e outra de gestão dos riscos financeiros do balanço.

Na vertente de negócio, esta área evidenciou em 2008 um desempenho muito positivo, com reflexo no produto bancário do BAIE. A crise financeira e a escassez de liquidez nos mercados interbancários criaram oportunidades para o Banco, que se empenhou em obter o máximo proveito do seu excesso de liquidez aplicando fundos em instituições e instrumentos com perfis de risco adequados à sua política.

Para além disso, é de assinalar um acréscimo significativo no volume das operações realizadas com clientes a nível do mercado cambial, e, também, a participação em operações de papel comercial emitidas por empresas portuguesas, colocadas por outros bancos da praça.

No que se refere à gestão dos riscos do balanço é matéria contemplada na secção seguinte, "Avaliação e Gestão de Riscos".

#### Actividades de Suporte

##### - Sistemas de Informação (DSI)

Este Departamento tem por missão gerir e garantir a segurança do parque informático (hardware), dos sistemas de informação (software), das bases de dados e das redes de comunicação do Banco.

Ao DSI cabe ainda prestar apoio a todos os utilizadores dos sistemas informáticos do Banco e analisar as suas necessidades com o objectivo de assegurar um ambiente de trabalho, tão eficiente e produtivo quanto possível.

Entre os vários projectos desenvolvidos ao longo do ano destacam-se os seguintes:

- A migração do sistema TEI (Transferências Electrónicas Interbancárias) para o sistema SEPA (*Single Euro Payments Area*) na vertente de transferências a crédito;
- A implementação de uma aplicação suportada em tecnologia Outsystems para a gestão das respostas a pedidos de informação ou de execução judicial ou fiscal provenientes de organismos públicos (tribunais e administração fiscal);
- A implementação de uma solução integrada, o SAP Business One, para a gestão administrativa e tratamento contabilístico de operações com fornecedores, clientes não financeiros e imobilizado.

Foi também efectuado o trabalho de preparação e testes para a adopção do Target 2 e do novo sistema de informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com implementação prevista para o início de 2009.

##### - Auditoria Interna (DAI)

É da responsabilidade do DAI assegurar que os processos operacionais do Banco são adequados para identificar, monitorizar e controlar os riscos a que este se encontra exposto, numa perspectiva de custo/benefício. Adicionalmente, o DAI tem por incumbência acompanhar todas as actualizações das normas e instruções emitidas pelo Banco de Portugal, assegurando, segundo orientações da Administração, o seu efectivo cumprimento.

Durante o ano, o DAI efectuou várias acções de auditoria interna e continuou o seu trabalho no apoio à formalização dos procedimentos de controlo interno do Banco.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais continuam a constituir uma área relevante, requerendo uma monitorização das operações e um acompanhamento constante, com actualizações regulares das normas emitidas pelo Banco de Portugal e por outras entidades nacionais e estrangeiras.

##### - Recursos Humanos (RH)

Em 31 de Dezembro de 2008 o Banco contava com um total de 20 Colaboradores (20 em 2007). O pessoal ao serviço do Banco é, com certeza, o seu activo mais valioso e determinante do seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais de talento e com um leque de experiências variado, muito centrada na qualidade da prestação de serviços aos clientes, com a preocupação de conduzir a sua actividade em observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Tem-se procurado criar ao longo dos últimos anos uma cultura própria, de rigor e de exigência, mantendo ao mesmo tempo um ambiente de trabalho estimulante, factores que muito têm contribuído para alcançar os objectivos comerciais, operacionais e económicos estabelecidos.

#### Avaliação e Gestão de Riscos

A gestão e controlo dos riscos tem por base a identificação e análise da exposição do BAIE aos diversos riscos que decorrem do exercício da sua actividade e a definição de estratégias e políticas de prevenção e mitigação desses riscos.

##### - Risco de Crédito

O Departamento de Risco de Crédito foi constituído em 2007 para assegurar qualidade e eficiência na aprovação das operações de crédito e, também, melhorar o controlo e gestão do risco proveniente das operações do DBC. A concessão de crédito e subsequente gestão da exposição estão sujeitos a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, outrossim, das normas prudenciais estabelecidas pelo organismo de supervisão bancária.

A melhoria dos indicadores de risco da carteira de crédito é fruto dos procedimentos que têm vindo a ser adoptados ao longo do tempo, a nível quer da monitorização e avaliação da exposição aos riscos, quer do accionamento de mecanismos adequados de intervenção e de detecção de situações de alerta. O rácio de Crédito Vencido / Crédito Total era de 0,32%, no final de 2008.

##### Riscos de Balanço

A gestão do risco do balanço envolve os riscos financeiros referentes aos activos e passivos no balanço, abrangendo liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio. (*Asset and Liability Management, ALM*).

A área de Mercados Financeiros (MF) é responsável pela gestão destes riscos, actuando dentro das políticas e linhas orientadoras estabelecidas pela Administração Executiva.

##### - Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco do Banco não dispor de fundos suficientes para dar satisfação às suas responsabilidades monetárias, especialmente no curto prazo.

A área de MF é responsável pela gestão da liquidez, efectuada em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, actuando no mercado na colocação de fundos, em especial no mercado interbancário.

O Banco tem assumido uma posição conservadora na gestão da liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo, de forma a poder satisfazer as suas necessidades de tesouraria em qualquer situação de stress.

Considerando a percentagem dos activos aplicados em contrapartes financeiras, o recente contexto dos mercados financeiros exigiu a atenção especial por parte da área de MF no que diz respeito à reavaliação e acompanhamento dos limites das contrapartes com as quais o Banco estabeleceu transacções.

##### - Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro representa o impacto na margem financeira de alterações na taxa de juro, originadas pela existência de *mismatches* nos prazos de *repricing* dos activos e passivos.

A área de MF é responsável pela gestão diária do risco de taxa de juro, sendo a política do Banco nesta matéria também conservadora.

São feitas avaliações periódicas dos *mismatches* das taxas de juro nos activos e passivos e das tendências dos movimentos das taxas de juro do EUR e USD de forma a monitorizar e gerir a possível exposição do Banco a situações de risco.

##### - Risco Cambial

O Banco opera principalmente com activos/passivos em USD e EUR. A política adoptada vai no sentido de não manter posições cambiais abertas de montantes significativos e, consequentemente, posições resultantes de operações em USD são cobertas com os instrumentos adequados e de acordo com limites definidos.

A área de MF é também responsável pela gestão diária do risco cambial, dentro dos limites e seguindo os procedimentos estabelecidos.

A monitorização deste risco é feita numa base intra-diária através do acompanhamento permanente da posição cambial global, bem como da análise da natureza da posição em aberto face ao comportamento de cada divisa no mercado.

#### - Risco de Mercado

A actividade de negociação em mercados financeiros não tem expressão na actuação do Banco, e por essa razão, o Banco não está exposto a risco de mercado que mereça atenção especial.

Os activos financeiros titulados apresentados no balanço do Banco representam investimentos em que o objectivo de rentabilidade encontra-se fundamentado nos respectivos cash-flows futuros esperados, e não em ganhos de estratégias especulativas de mercado, pelo que a análise destes activos é baseada na componente de risco de crédito das contrapartes.

#### - Risco Operacional

O risco operacional é o risco de prejuízo resultante de processos, da intervenção de pessoas, ou de sistemas, inadequados ou insuficientes, ou ainda de eventos externos adversos.

O Banco tem vindo e continuará a prosseguir todos os esforços, tendo em vista a melhoria contínua do seu funcionamento, mitigando, na maior extensão possível, o risco operacional inerente à sua actividade.

### Análise Financeira

Apresenta-se, de seguida, uma breve análise das Demonstrações Financeiras e da actividade do BAIE em 2008.

#### Demonstração de Resultados

	31-Dez-08	31-Dez-07	Δ %
Juros e rendimentos similares	28 978 042	18 729 861	54,7%
Juros e encargos similares	(24 180 466)	(16 458 625)	46,9%
<b>Margem Financeira (MF)</b>	<b>4 797 576</b>	<b>2 271 236</b>	<b>111,2%</b>
Operações Financeiras (OF)	1 369 541	516 605	165,1%
<b>Margem bruta (MF+OF)</b>	<b>6 167 117</b>	<b>2 787 841</b>	<b>121,2%</b>
Comissões Líquidas (CL)	1 349 314	928 508	45,3%
Outros Resultados Operacionais (ORO)	2 475	(34 297)	-107,2%
<b>Produto Bancário (PB=MF+MC+ORO)</b>	<b>7 518 906</b>	<b>3 682 052</b>	<b>104,2%</b>
Custos de Transformação (CT)	(2 503 333)	(2 125 570)	17,8%
<b>EBITA (PB-CT)</b>	<b>5 015 573</b>	<b>1 556 482</b>	<b>222,2%</b>
Amortizações do exercício (A)	(136 994)	(302 645)	-54,7%
Provisões e imparidade líquidas de reposições e reversões	(2 157 336)	343 716	-727,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 721 243</b>	<b>1 597 553</b>	<b>-70,3%</b>
Impostos	(705 401)	69 167	-1119,9%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2 015 842</b>	<b>1 666 720</b>	<b>-20,9%</b>
<b>Cost to income [(CT+A)/PB]</b>	<b>-35,1%</b>	<b>-65,9%</b>	<b>-46,8%</b>

O BAIE registou assim um resultado positivo de € 2.015.843 na conta de Resultados do Exercício, superior ao apurado em 2007.

A **margem financeira** ascendeu a € 4.797.576 (€ 2.271.236 em 2007). Este aumento significativo deriva, não só do incremento do volume de recursos captados junto de instituições financeiras e clientes, mas também da subida das taxas de juro activas resultante da maior diversificação dos activos.

As **comissões líquidas** também evidenciaram um acréscimo expressivo em resultado de um aumento da actividade relacionada com créditos documentários e, também, das actividades de concessão de crédito das áreas de negócio de Banca Comercial e Banca de Investimentos.

Os **custos de transformação** de € 2.503.333 reflectem um aumento de 17,8% sobre o montante registado no ano transacto, essencialmente em resultado do reforço do quadro de colaboradores do Banco (evidenciado pela diferença entre o número médio de colaboradores durante o ano, 2008 – 19; 2007 – 17) e, também, da adjudicação de um projecto de consultoria à empresa Ernst & Young no âmbito de Basileia II/Pilar II e do Controlo Interno, que implicou um custo relevante para o Banco. Todavia, o acréscimo do produto bancário foi significativamente superior ao aumento nos custos de transformação, resultando num rácio **cost to income** de 35,1%, evidenciando o compromisso do Banco na gestão e controlo dos seus custos de estrutura.

A rubrica de **Provisões e imparidade líquidas de reposições e reversões** reflecte um débito de € 2 157 336, comparado com um crédito no ano transacto de € 343 716. O movimento líquido a crédito em 2007 resultou da reversão de uma provisão referente a um financiamento de valor significativo, recuperado. Em 2008, o BAIE constituiu provisões para risco-país em cerca de € 1,8 milhões, referentes a operações com entidades residentes na República de Angola e em Cabo Verde, sobre as quais o Banco de Portugal impõe provisões de 10% e 25% respectivamente, anotando-se contudo, que o BAIE considera bastante reduzido o risco de incumprimento nessas operações.

### Balanço

	31-Dez-08	31-Dez-07	Δ %
Activos financeiros:			
Disponibilidades	123 543 147	34 494 181	258,2%
Aplicações em instituições de crédito	925 302 519	311 159 162	197,4%
Crédito a clientes	87 403 960	35 062 627	149,3%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Δ %
Investimentos detidos até à maturidade	15 315 005	16 585 102	-7,7%
Outros activos financeiros	12 498 962	6 602 251	89,3%
<b>Total activos financeiros</b>	<b>1164 063 593</b>	<b>403 903 323</b>	<b>-188,2%</b>
<b>Activos não financeiros</b>	<b>516 899</b>	<b>1 114 562</b>	<b>-53,6%</b>
<b>Total activos</b>	<b>1164 580 492</b>	<b>405 017 885</b>	<b>-187,5%</b>
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito	1002 460 453	301 758 449	232,2%
Recursos de clientes	119 264 913	81 012 318	47,2%
Passivos Subordinados	4 500 508	4 500 721	0,0%
Outros passivos financeiros	5 784 345	40 051	14342,4%
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1132 010 219</b>	<b>387 311 539</b>	<b>-192,3%</b>
Outros passivos não financeiros	1 954 642	1 216 925	60,6%
Capital	30 000 000	17 500 000	71,4%
Reservas de reavaliação	(374 414)	15 217	0,0%
Outras reservas e resultados transitados	(1 025 797)	(2 692 516)	-61,9%
Resultado do exercício	2 015 842	1 666 720	20,9%
<b>Total passivos e capital próprio</b>	<b>1164 580 492</b>	<b>405 017 885</b>	<b>-187,5%</b>

#### Activos

O aumento verificado na rubrica de **Disponibilidades** reflecte, na sua maioria, os depósitos no Banco de Portugal no final do ano, que representaram cerca de 90% desta rubrica.

O **Crédito a clientes** registou um aumento significativo de € 52,3 milhões, sobretudo consequência das acções comerciais que o Banco tem vindo a desenvolver, sem prejuízo de uma política de crédito conservadora.

O aumento de 89,3% na rubrica de **Outros activos financeiros** (Activos financeiros detidos para venda e ao justo valor por via de resultados) é fruto maioritariamente do investimento do Banco num Fundo de Investimento no início do ano, tendo o Fundo ao longo de 2008 efectuado várias chamadas de capital.

#### Passivo e capitais próprios

Os Recursos de IC no estrangeiro são representados em 57,2% por depósitos do nosso accionista maioritário e de outra entidade relacionada do grupo. Durante o ano, o BAIE teve sucesso na angariação de depósitos em montantes significativos de outras instituições, alargando assim as suas contrapartes. A grande maioria dos depósitos no passivo do Banco continua a ser denominados em USD, estando assim sujeitos a variações cambiais desta divisa, quando reflectidos no balanço em Euros.

Os **Recursos de clientes** aumentaram significativamente em 47,2%. No entanto, conforme referido em anos anteriores e devido também ao facto de o Banco não lidar com clientes de retalho, a carteira de depósitos continua a ser caracterizada por uma elevada concentração, o que implica necessariamente uma certa volatilidade.

O **Capital** foi aumentado durante o ano, de € 17,5 milhões para € 30,0 milhões. Este aumento possibilitou o crescimento do balanço, tendo o activo atingido € 1 165 milhões no final de 2008. (2007 – € 405 milhões).

A 31 de Dezembro de 2008, o **rácio de solvabilidade**, apurado de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal para efeitos de adequação de requisitos de fundos próprios, ascendia a 8,4%, estando acima do limite mínimo de 8%.

### Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Euros 2.015.842 seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração

José Paiva  
Presidente

Manuel Vicente  
Vice-Presidente

Paula Gray  
Vice-Presidente

António Pinto Duarte  
Administrador

José Massano  
Administrador

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008

## Balanços (NCA) em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-08		31-Dez-07	Notas	31-Dez-08	31-Dez-07
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações				
<b>Activo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	111 445 417	-	111 445 417	18 910 492	440 370 186	1 453 256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	12 097 730	-	12 097 730	15 583 689	2 651 376	40 051
Activos financeiros detidos para negociação	5	899 525	-	899 525	881 077	3 132 969	-
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	6	3 132 969	-	3 132 969	-	562 090 267	300 305 193
Activos financeiros disponíveis para venda	7, 18	8 020 981	(502 982)	7 517 999	4 772 705	119 264 913	81 012 318
Aplicações em instituições de crédito	8	925 302 519	-	925 302 519	311 159 162	-	-
Crédito a clientes	9,18	89 585 549	(2 181 589)	87 403 960	35 062 627	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	10	15 315 005	-	15 315 005	16 585 102	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	1 107 475	(859 994)	247 481	271 987	-	-
Activos intangíveis	12	639 829	(550 940)	88 889	19 582	4 500 508	4 500 721
Investimentos em filiais e associadas	13	948 469	-	948 469	948 469	1 230 577	826 536
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	14	28 492	-	28 492	696 163	-	-
Outros activos	15	152 037	-	152 037	126 830	-	-
<b>Passivo</b>							
Recursos de bancos centrais	16	-	-	-	-	440 370 186	1 453 256
Passivos financeiros detidos para negociação	5	-	-	-	-	2 651 376	40 051
Outros passivos financ. ao justo valor através de resultados	6	-	-	-	-	3 132 969	-
Recursos de outras instituições de crédito	16	-	-	-	-	562 090 267	300 305 193
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	-	-	-	-	119 264 913	81 012 318
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	18	-	-	-	-	663 218	339 150
Passivos por impostos correntes	14	-	-	-	-	44 382	30 445
Passivos por impostos diferidos	14	-	-	-	-	16 465	20 794
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	19	-	-	-	-	4 500 508	4 500 721
Outros passivos	20	-	-	-	-	1 230 577	826 536
<b>Total de Passivo</b>						<b>1 133 964 861</b>	<b>388 528 464</b>
<b>Capital Próprio</b>							
Capital	21	-	-	-	-	30 000 000	17 500 000
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
(Acções próprias)	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	21	-	-	-	-	(374 414)	15 217
Outras reservas e resultados transitados	21	-	-	-	-	(1 025 797)	(2 692 516)
Resultado do exercício	21	-	-	-	-	2 015 842	1 666 720
(Dividendos antecipados)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Capital Próprio</b>						<b>30 615 631</b>	<b>16 489 421</b>
<b>Total de Passivo + Capital Próprio</b>						<b>1 164 580 492</b>	<b>405 017 885</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Demonstração dos resultados (NCA) para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	31-Dez-08		31-Dez-07	
		Montantes expressos em euros	Montantes expressos em euros	Montantes expressos em euros	Montantes expressos em euros
Juros e rendimentos similares	22	28 978 042	18 729 861		
Juros e gastos similares	22	(24 180 466)	(16 458 625)		
<b>Margem financeira</b>	22	<b>4 797 576</b>	<b>2 271 236</b>		
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-		
Rendimentos de serviços e comissões	23	1 411 224	975 744		
Encargos com serviços e comissões	23	(61 910)	(47 236)		
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	24	(205 171)	152 030		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	29 510	555		
Resultados de reavaliação cambial	-	1 545 202	364 160		
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(140)		
Outros resultados de exploração	25	2 475	(34 297)		
<b>Produto bancário</b>		<b>7 518 906</b>	<b>3 682 052</b>		
Custos com pessoal	26	(1 418 341)	(1 190 488)		
Gastos gerais administrativos	27	(1 084 992)	(935 082)		
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 721 243</b>	<b>1 597 553</b>		
Impostos	28	(705 401)	69 167		
Correntes	28	(44 661)	(84 737)		
Diferidos	28	(660 740)	153 904		
<b>Resultado após impostos</b>		<b>2 015 842</b>	<b>1 666 720</b>		
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-		
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2 015 842</b>	<b>1 666 720</b>		
<b>Resultado por acção</b>		<b>0,44</b>	<b>0,48</b>		

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	(Acções próprias)	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	(Dividendos antecipados)	Total Capital
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>17 500 000</b>	-	-	-	-	(2 925 943)	233 425	-	<b>14 807 482</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2006	-	-	-	-	-	233 425	(233 425)	-	-
Reservas reavaliação: activos disponíveis para venda	-	-	-	-	15 217	-	-	-	<b>15 217</b>
Resultado gerado no exercício de 2007	-	-	-	-	-	-	1 666 720	-	<b>1 666 720</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>17 500 000</b>	-	-	-	15 217	(2 692 516)	1 666 720	-	<b>16 489 421</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2007	-	-	-	-	-	1 666 720	(1 666 720)	-	-
Reservas reavaliação	-	-	-	-	(389 631)	-	-	-	<b>(389 631)</b>
Aumento de capital	12 500 000	-	-	-	-	-	-	-	<b>12 500 000</b>
Resultado gerado no exercício de 2008	-	-	-	-	-	-	2 015 842	-	<b>2 015 842</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>30 000 000</b>	-	-	-	(374 414)	(1 025 797)	2 015 842	-	<b>30 615 631</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em euros)		
	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proventos recebidos	26 593 926	21 294 346
Juros, comissões e outros custos pagos	(20 237 256)	(18 602 981)
Resultados cambiais e de outras operações financeiras	7 055 335	(223 903)
Pagamento a empregados e fornecedores	(2 278 772)	(2 054 325)
Fluxo líquido operacional antes das variações nos activos e passivos	11 133 233	413 137
Diminuições (aumentos) em:		
Investimentos detidos até à maturidade	1 347 317	(12 979 304)
Aplicações em instituições de crédito	(610 622 568)	44 829 660
Crédito a clientes	(53 662 796)	(11 054 030)
Outros activos	9 226	(11 356)
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	(662 928 821)	20 784 970
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	696 945 169	(8 962 055)
Recursos de clientes	38 148 582	3 123 262
Outros passivos e contas de regularização	(146 167)	(111 965)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	734 947 584	(5 950 758)
Contribuição para responsabilidades com pensões de reforma	(207 774)	(142 152)
Pagamento de impostos sobre lucros	(84 737)	(37 619)
Caixa líquida das actividades operacionais	82 859 485	15 067 578
<b>Actividades de investimento</b>		
Rendimento de activos financeiros disponíveis para venda	29 510	555
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, liquidas de alienações	-	-
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, liquidas de alienações	(2 783 732)	(5 074 684)
Aquisições de outros activos financeiros ao justo valor liquidas de alienações	(3 132 969)	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, liquidas de alienações	(152 090)	(80 496)
Caixa líquida das actividades de investimento	(6 039 281)	(5 154 625)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Juros de passivos subordinados	(271 240)	(230 263)
Aumentos de capital	12 500 000	-
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	12 228 760	(230 263)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	89 048 964	9 682 690
Caixa e seus equivalentes no início do período (notas 3 e 4)	34 494 182	24 811 492
<b>Caixa e seus equivalentes no final do período (notas 3 e 4)</b>	<b>123 543 146</b>	<b>34 494 182</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 (montantes expressos em euros)

### 1 Introdução

O BANCO BAI EUROPA, S.A. ("BAIE" ou "Banco") tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002 ao abrigo da autorização concedida por Portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à Sucursal do BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S.A. ("BAI") em Portugal e tem como objecto o exercício da actividade bancária. Actualmente o Banco exerce a sua actividade através da sua sede e de um balcão em Lisboa.

A actividade do BAIE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

### 2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

#### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAIE e processadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e nas Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, no Portugal e tem como objecto a lha foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (EU) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto quanto às seguintes matérias:

- Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reais ao longo de um período superior a um mês;
- Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontra-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005;
- Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas; e
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tabela de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IAS/IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standard Interpretation Committee* (SIC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2009.

#### 2.2 Uso de estimativas nas demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer que a gestão do Banco adopte pressupostos e efectue estimativas que afectam activos, passivos, rendimentos e custos, nomeadamente nas áreas de:

#### Provisões para crédito concedido

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

#### Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

#### Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado ou de entidades terceiras. Os resultados alcançados com estes modelos dependem dos pressupostos utilizados.

#### Pensões de reforma e outros

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuárias e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários (nota 30). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do BAIE à data de balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

#### 2.3 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira (IAS 21)

As demonstrações financeiras são expressas na moeda funcional, Euros, em virtude de ser a moeda utilizada no ambiente económico principal em que o Banco opera.

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados nas respectivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada da seguinte forma:

- Os activos e passivos monetários são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de balanço;
- Os activos e passivos não monetários valorizados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção; e
- Os activos e passivos não monetários valorizados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial das posições líquidas são reflectidas em resultados do exercício.

A posição líquida cambial à vista numa moeda resulta do saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição líquida cambial a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A conversão dos rendimentos e dos custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base mensal ao câmbio do final do mês.

As taxas de câmbio utilizadas no processo de conversão para a moeda funcional dos activos, passivos, rendimentos e custos expressos em moeda estrangeira, são as taxas divulgadas a título indicativo pelo Banco Central Europeu, designadas por *taxas fixing*.

De forma a mitigar a sua exposição ao risco cambial, o BAIE utiliza instrumentos financeiros derivados como "forwards cambiais" e "swaps cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas nas notas 2.4.2 e 2.4.6.

#### 2.4 Instrumentos financeiros

##### 2.4.1 Crédito a clientes e outros valores a receber

##### 2.4.1.1 Valorimetria, reconhecimento inicial e subsequente (Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal):

O crédito e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Conforme referido na nota 2.1, estes activos financeiros são inicialmente registados pelo valor nominal, que em geral, no momento inicial, coincide com o justo valor. Posteriormente, a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes é reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reais ao longo de um período superior a um mês.

O rédito referente a comissões por serviços prestados que não sejam directamente associadas a operações de crédito é reconhecido ao longo do período da execução do serviço.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irre recuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

##### 2.4.1.2 Desreconhecimento (IAS 39)

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

##### 2.4.1.3 Provisionamento (Aviso n.º 3/95)

A carteira de créditos a clientes (nota 9), de garantias prestadas e compromissos irrevogáveis registados (nota 29) encontra-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e de risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005.

##### a) Provisões para risco específico de crédito

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (nota 18), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a injeção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vencidas, designadamente:

- As prestações vencidas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - Estarem em incumprimento há mais de:
    - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
    - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.
- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

##### b) Riscos gerais de crédito

Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto neste Aviso, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota 18).

##### c) Provisões para risco-país

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (nota 18).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na Instrução do Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no Boletim de Normas e Informações n.º 1, de 17 de Junho de 1996 e em Carta do Banco de Portugal sob a referência 46107/DSBDR, de 22 de Junho.

##### d) Anulação de juros (Aviso n.º 3/95)

Os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectuado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proventos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no Aviso n.º 3/95 que continuaram a ser contabilizados como proventos, durante todo o tempo em que os créditos se mantêm nesta situação. Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

##### 2.4.2 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Nesta categoria encontram-se registados activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilístico");
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou do investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados com valor positivo, também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura (nota 2.4.8).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício nas contas de "Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados". O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

#### 2.4.3 Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de deter até aos respectivos vencimentos previstos. Nesta categoria encontra-se registada essencialmente a carteira de títulos de papel comercial.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade e de provisões para risco-país.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente todos os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada desse instrumento.

A IAS 39 considera as seguintes situações como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Significativa dificuldade financeira do devedor ou do emissor da dívida;
- Incumprimentos contratuais relacionados com pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturações dos planos financeiros do crédito para prazos mais dilatados;
- Probabilidade significativa de processo de falência ou reestruturação financeira do devedor;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro em virtude de dificuldades financeiras;
- Histórico de incumprimento ou atraso nos pagamentos do plano financeiro do crédito;
- Condições económicas adversas que se correlacionam com o efectivo ou potencial incumprimento por parte do devedor.

#### 2.4.4 Empréstimos concedidos e contas a receber (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos nas restantes categorias de activos financeiros acima referidas. Esta categoria abrange apenas valores a receber de instituições de crédito.

A mensuração inicial e subsequente destes activos financeiros é em tudo idêntica à dos investimentos detidos até à maturidade (nota 2.4.3).

#### 2.4.5 Activos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

A evidência de imparidade resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, designadamente:

- para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação de montante superior a 30% do respectivo valor de aquisição, e
- para títulos não cotados, quando se verifica um evento (ou eventos) que tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, ou quando os títulos são avaliados por entidades independentes e se essas avaliações apresentam uma desvalorização contínua, significativa e inesperada face à estratégia de investimento e rentabilidade inicialmente estimada.

Tendo em conta a actual conjuntura de turbulência, a administração do Banco dedicou especial atenção na análise rigorosa da carteira destes activos financeiros no sentido de verificar a existência de prova objectiva de imparidade.

O BAIE regista actualmente nesta categoria instrumentos de capital, instrumentos de dívida e fundos de investimento (nota 7).

#### 2.4.6 Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Esta categoria inclui os passivos financeiros detidos para negociação que, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura, correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa (nota 2.4.8), e aos passivos financeiros designados na opção de justo valor. Um passivo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Os passivos financeiros que se encontram classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os passivos que cumpram os requisitos enumerados na nota 2.4.2.

#### 2.4.7 Outros passivos financeiros (IAS 39)

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu justo valor acrescido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

#### 2.4.8 Instrumentos financeiros derivados (IAS 39)

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não seja mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

O Banco só possui derivados de negociação nos termos da IAS 39, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

#### 2.5 Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis (Aviso n.º 1/2005, Instruções n.º 23/2004 e n.º 4/96)

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões e outros réditos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações (nota 29).

#### 2.6 Outros activos tangíveis e locações (IAS 16, Aviso n.º 1/2005 e IAS 17)

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal Portuguesa, como a seguir se indica:

	Número de anos
Imobilizações em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de "Gastos gerais administrativos".

De acordo com a IAS 16, estes activos encontram-se sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias que indicam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável resulta do maior entre dois valores, o valor de mercado do activo deduzido de custos e o seu valor de uso.

Conforme a IAS 17, o Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. As restantes operações são classificadas como locações operacionais.

O Banco enquanto locatário, regista os contratos classificados como de locação financeira da seguinte forma:

- No seu início, o bem em regime de locação financeira é registado no activo em "Outros activos tangíveis" e no passivo em "Outros passivos" pelo seu justo valor que é equivalente ao seu custo de aquisição.
- Subsequentemente, aquando da liquidação das rendas, a parte referente ao encargo financeiro (juros) é registada em resultado em "Juros e encargos similares". A parte respeitante à amortização financeira do capital é deduzida à dívida registada no passivo.

Os contratos classificados como de locação operacional são registados em resultados em "Gastos gerais administrativos" no período a que respeitam.

O Banco actualmente não realiza operações de locação como locador.

#### 2.7 Activos intangíveis (IAS 38)

Esta rubrica compreende essencialmente custos de aquisição, desenvolvimento e implementação de software para ser utilizado na actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade e amortizações pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

O Banco não reconhece activos intangíveis gerados internamente.

#### 2.8 Investimentos em associadas (IAS 28)

O BAIE inclui a participação de 17% do capital e direito de voto numa empresa em que o BAIE exerce influência significativa. Este activo é registado ao custo histórico (nota 13).

A participação financeira é expressa em moeda estrangeira tendo sido convertida para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (nota 2.3).

#### 2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)

O BAIE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício às taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal para o período em que reportam os resultados, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao montante do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como activos por imposto diferido.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais nos seis anos seguintes.

Não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Não são igualmente registados activos por impostos diferidos referentes a participações financeiras em associadas, por não ser provável que a diferença reverta no futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do BAIE dizem respeito a prejuízos fiscais reportáveis, provisões temporariamente não dedutíveis, activos financeiros disponíveis para venda e benefícios a empregados de longo prazo.

Os impostos diferidos são calculados numa base anual utilizando taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

#### 2.10 Benefícios dos empregados (IAS 19)

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com a IAS 19. Os principais benefícios de empregados são pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde pós-emprego, outros e benefícios de longo prazo e benefícios de curto prazo:

##### 2.10.1 Pensões de reforma e de sobrevivência e encargos com saúde

De acordo com o Plano de Pensões anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PENSÕESGERE – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o BAIE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores



que se encontram abrangidos em matéria de segurança social pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português (ACTV) ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários. Nesta medida, o plano classifica-se como um plano de benefício definido.

O BAIÉ determina numa base anual o valor total das responsabilidades, através de cálculos efectuados por actuários independentes, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos actuariais considerados adequados (nota 30). O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (Serviços de Assistência Médico-Social- SAMS).

Os pressupostos actuariais têm por base as expectativas de crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas por algumas instituições que operam no mercado financeiro português. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades são cobertas por um fundo de pensões, sendo reconhecido em balanço na rubrica "Outros passivos" ou "Outros activos" o montante correspondente à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo de pensões à data do balanço, caso aplicável, ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos, consoante o valor dessa diferença seja positivo ou negativo. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite do maior dos seguintes valores apurados à data do balanço:

- 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados;
- 10% do valor do fundo de pensões, dos dois o maior.

Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, esse excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio remanescente de serviço dos colaboradores no activo abrangidos pelo plano.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Adicionalmente, o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal obriga a um financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e a um nível de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de colaboradores no activo.

O Banco não adoptou o regime transitório estabelecido pelo Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que permitia o diferimento dos impactos decorrentes da adopção da IAS 19 – Benefícios aos empregados, tendo reconhecido os mesmos em resultados transiitórios, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado do fundo de pensões; e
- amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

#### 2.10.2 Outros benefícios de longo prazo

Nos termos da cláusula 150 do ACTV, o Banco assumiu a responsabilidade de atribuir aos seus Colaboradores abrangidos no activo, no ano em que completam 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva.

Por outro lado, na data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas com prémios de antiguidade através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de "Project Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e uma tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Estes pressupostos são iguais aos utilizados no cálculo da responsabilidade por pensões de reforma.

Contabilmente, o Banco regista o montante das responsabilidades apuradas como um encargo a pagar (nota 20) por contrapartida de resultados do exercício. Os pagamentos efectuados ao trabalhador abatem ao valor de provisão constituída.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais (reconhecidos integralmente em resultados no exercício em que são originados).

#### 2.10.3 Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencimentos e encargos com vencimentos) são registados pelo valor não descontado em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

#### 2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) ii) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique iii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iv) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

#### 3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Caixa</b>	<b>211 364</b>	<b>157 420</b>
Depósitos à ordem do Banco de Portugal	111 234 053	18 753 072
	<b>111 445 417</b>	<b>18 910 492</b>

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais ("SEBC"). Estes depósitos são remunerados à taxa de referência definida pelo Banco Central Europeu ("BCE").

#### 4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos a ordem	3 383 668	8 515 025
Cheques a cobrar	3 263	58 796

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos a ordem	8 689 225	7 005 227
Cheques a cobrar	21 574	4 641
	<b>12 097 730</b>	<b>15 583 689</b>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

#### 5. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Nestas rubricas encontram-se registados o justo valor positivo e negativo de instrumentos derivados negociados com clientes e outras instituições de crédito.

	31-Dez-08		31-Dez-07	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>				
Swaps cambiais	780 291	(2 639 413)	740 745	(35 488)
Currency Interest Rate Swaps	101 325	-	133 633	-
Contratos a prazo de taxa de câmbio	17 909	(11 963)	6 699	(4 563)
	<b>899 525</b>	<b>(2 651 376)</b>	<b>881 077</b>	<b>(40 051)</b>

Nestas rubricas verifica-se o registo de operações com instrumentos financeiros que apesar de se encontrarem classificadas como de negociação nos termos da IAS 39, muitas das operações têm natureza de cobertura económica de acordo com a política do Banco de gestão de riscos cambiais e de risco de liquidez.

O resultado com estas operações apresenta-se na rubrica "Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados" (nota 24).

Apresentam-se em seguida os respectivos valores nominais:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Swaps cambiais - compra</b>	<b>33 758 752</b>	<b>42 440 408</b>
<b>Swaps cambiais - venda</b>	<b>36 288 374</b>	<b>41 732 783</b>
<b>Currency Interest Rate Swaps - a receber</b>	<b>4 500 000</b>	<b>4 500 000</b>
<b>Currency Interest Rate Swaps - a pagar</b>	<b>3 947 402</b>	<b>3 731 812</b>
<b>Contratos a prazo de taxa de câmbio - compra</b>	<b>1 992 348</b>	<b>453 791</b>
<b>Contratos a prazo de taxa de câmbio - venda</b>	<b>1 986 401</b>	<b>451 659</b>
	<b>82 473 277</b>	<b>93 310 453</b>

#### 6. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08		31-Dez-07	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>				
Não residente	3 132 969	-	-	-
	<b>3 132 969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>				
Recursos financeiros obtidos estruturados	-	(3 132 969)	-	-
	<b>-</b>	<b>(3 132 969)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Na rubrica de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" o recurso financeiro apresentado encontra-se relacionado e caucionando na totalidade ao activo subjacente indicado no quadro.

Em 31 de Dezembro de 2008, os títulos classificados como Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados apresentam o seguinte detalhe:

	Quantidade	Justo Valor	Moeda	Valor de balanço	Valor de aquisição	Provisões Risco-país	Reservas de reavaliação
<b>Outros</b>							
Fundos de investimento							
Valorizados ao justo valor							
CARLYLE DISTRES. & CO. FUND	5 422 387	0,804	USD	3 132 969	3 896 233	-	(763 264)
	<b>5 422 387</b>			<b>3 132 969</b>	<b>3 896 233</b>	<b>-</b>	<b>(763 264)</b>

#### 7. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Instrumentos de capital</b>		
Valorizados ao custo histórico		
Residente	353 000	125 000
Não residente	479 270	173 222

	31-Dez-08	31-Dez-07
Valorizados ao justo valor		
Residente	103 602	146 350
Instrumentos de dívida		
Valorizados ao justo valor		
Não residente	5 029 820	4 755 112
Juros a receber	37 566	48 532
Outros - fundos de investimento		
Valorizados ao justo valor	-	-
Não residente	2 017 723	-
Provisões Risco-País	( 502 982)	( 475 511)
	<b>7 517 999</b>	<b>4 772 705</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, os títulos classificados como activos financeiros disponíveis para venda apresentam o seguinte detalhe:

	Quantidade	Valor nominal / Justo Valor	Moeda	Valor de balanço	Valor de aquisição	Imparidade/ Provisões Risco-país	Reservas de reavaliação
<b>Instrumentos de capital</b>							
<b>Acções</b>							
Valorizados ao custo histórico							
FOMENTINVEST - SGPS S.A.	353 000	1,00	EUR	353 000	353 000	-	-
CONNAUGHT PCC LTD - ALPHA CELL	255 000	1,00	USD	183 229	183 229	-	-
CONNAUGHT PCC LTD - BETA CELL	208 000	1,00	USD	149 457	149 457	-	-
CONNAUGHT PCC LTD - GAMA CELL	204 000	1,00	USD	146 583	146 583	-	-
Valorizados ao justo valor (Ver nota 20) (a)							
REN-RED ENEREG	20 000	2,80	EUR	56 000	55 000	-	1 000
BRISA-PRIV	3 000	5,35	EUR	16 053	30 780	( 14 727)	-
BGP NOMP. REG	38 998	0,81	EUR	31 549	87 745	( 56 196)	-
<b>Instrumentos de dívida</b>							
<b>Obrigações</b>							
Valorizados ao justo valor							
OT ANGOLA 07/12 (b)	14 000 000	5,000,00	USD	5 029 820	5 029 820	( 502 982)	-
<b>Outros</b>							
<b>Fundos de Investimento</b>							
Valorizados ao justo valor							
CARLYLE DISTRES. & CO. FUND	2 711 194	0,804	USD	1 566 485	1 948 117	-	( 381 632)
CB CENTRALE USD	40	15,700,00	USD	451 239	442 416	-	8 823
	<b>17 793 232</b>			<b>7 983 415</b>	<b>8 426 147</b>	<b>( 573 905)</b>	<b>( 371 809)</b>

Nota: não inclui juros a receber

(a) Cotação BID divulgada na Reuters para a data de referência

(b) Provisão risco-país

No exercício de 2008 foi registado na rubrica de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" dividendos recebidos dos instrumentos de capital no montante de Euros 29 510.

Em 31 de Dezembro de 2007, os títulos classificados como activos financeiros disponíveis para venda apresentam o seguinte detalhe:

	Quantidade	Valor nominal/ Valor mercado	Moeda	Valor de balanço	Valor de aquisição	Imparidade/ Provisões Risco-país	Reservas de reavaliação
<b>Instrumentos de capital</b>							
<b>Acções</b>							
Valorizados ao custo histórico							
FOMENTINVEST - SGPS S.A.	125 000	1,00	EUR	125 000	125 000	-	-
CONNAUGHT PCC LTD	255 000	1,00	USD	173 222	173 222	-	-
Valorizados ao justo valor (Ver nota 20) (a)							
REN-RED ENEREG	20 000	3,62	EUR	72 400	55 000	-	17 400
BRISA-PRIV	3 000	10,05	EUR	30 150	30 953	-	( 803)
BGP NOMP. REG	15 000	2,92	EUR	43 800	45 179	-	( 1 380)
<b>Instrumentos de dívida</b>							
<b>Obrigações</b>							
Valorizados ao justo valor							
OT ANGOLA 07/12 (b)	14 000 000	5,000,00	USD	4 755 112	4 755 112	( 475 511)	-
	<b>14 418 000</b>			<b>5 199 684</b>	<b>5 184 466</b>	<b>( 475 511)</b>	<b>( 15 217)</b>

Nota: não inclui juros a receber

(a) Cotação BID divulgada na Reuters para a data de referência

(b) Provisão risco-país

#### 8. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	-	108 119 693
Depósitos	449 091 040	132 463 827
Aplicações subordinadas	1 200 000	-
Juros a receber	3 364 016	553 797
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	14 370 913	12 770 872
Depósitos	395 200 115	33 965 084

	31-Dez-08	31-Dez-07
Empréstimos	14 370 913	-
Aplicações subordinadas	550 000	2 837 175
Outras aplicações	45 541 218	19 544 981
Juros a receber	1 647 692	903 733
Receitas com proveito diferido comissões	( 33 388)	-
	<b>925 302 519</b>	<b>311 159 162</b>

O montante correspondente a "Aplicações subordinadas" constitui um conjunto de depósitos caução (nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais vencimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Até 3 meses	859 932 506	289 053 325
De 3 meses a 1 ano	60 391 693	1 103 325
De 1 a 5 anos	-	19 544 982
	<b>920 324 199</b>	<b>309 701 632</b>

Nota: não inclui juros a receber e receitas com proveito diferido

#### 9. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Crédito não titulado</b>		
<b>Interno</b>		
Empréstimos	33 448 679	20 764 545
Outros créditos	47 295	116 818
Créditos em conta corrente	12 680 764	2 084 672
Descobertos em depósitos à ordem	2 374 158	1 832 101
<b>Externo</b>		
Empréstimos	39 741 716	8 195 594
Outros créditos	-	-
Descobertos em depósitos à ordem	661 781	2 327 966
Juros a receber	786 892	258 033
Comissões mensualizadas	( 437 589)	( 352 793)
Crédito e juros vencidos	281 853	143 481
	<b>89 585 549</b>	<b>35 370 417</b>
<b>Provisões para crédito</b>		
Risco-país	( 1 916 090)	( 151 161)
Cobrança duvidosa e credito vencido	( 265 499)	( 156 629)
	<b>87 403 960</b>	<b>35 062 627</b>

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2008 é apresentado na nota 18.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, apresentam um nível de provisionamento acima do mínimo exigido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal de Euros 124 210 e de Euros 121 474, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por indústria:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	2 877 293	144 557
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	800 000	1 033 148
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	19 305 183	9 447 709
Engenharia civil	433 250	531 250
Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motocicletas	13 067 219	6 699 731
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motocicletas	240 735	242 948
Transportes por água	3 978 947	-
Alojamento	4 479 912	-
Telecomunicações	-	509 477
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	23 712 007	-
Actividades imobiliárias	10 169 354	9 824 878
Actividades jurídicas e de contabilidade	-	-
Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	4 947 550	1 535 348
Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	62 500	212 500
Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	243 258	420 358
Crédito a particulares	4 919 038	4 863 273
	<b>89 236 246</b>	<b>35 465 177</b>

Nota: inclui crédito e juros vencidos, não incluindo juros a receber, e comissões mensualizadas

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Até 3 meses	46 913 202	8 486 965
De 3 meses a 1 ano	1 454 976	1 774 374
De 1 a 5 anos	34 322 555	21 514 582
Mais de 5 anos	6 263 660	3 545 775
	<b>88 954 393</b>	<b>35 321 696</b>

Nota: não inclui juros a receber, crédito e juros vencidos, e comissões mensuralizadas

## 10. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	534 382	544 923
De outros emissores públicos nacionais	-	4 500 000
De outros residentes		
Dívida não subordinada	14 643 422	11 480 198
Juros a receber	137 201	65 171
Juros pré-pagos	-	(5 190)
	<b>15 315 005</b>	<b>16 585 102</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de títulos classificados como investimentos até à maturidade apresenta o seguinte detalhe:

	Quantidade	Valor nominal	Moeda	Valor de balanço	Valor de aquisição	Imparidade
Instrumentos de dívida						
Obrigações do Tesouro						
OT 5,85 05/2010	5 000	100,00	EUR	514 414	563 550	-
OT 4,2 10/16	200	100,00	EUR	19 968	19 840	-
Papel Comercial						
SONAE SGPS 235 EMI	1	2 500 000	EUR	2 500 000	2 500 000	-
FUND I.PINHO 01	600 000	50.000,00	USD	2 155 637	2 155 637	-
IP HOLDING 1 EM	1 400 000	50.000,00	USD	5 029 820	5 029 820	-
VICAIMA FIN 01	460 000	50.000,00	USD	1 652 655	1 652 655	-
VICAIMA INV 01	460 000	50.000,00	USD	1 652 655	1 652 655	-
VICAIMA PART 01	460 000	50.000,00	USD	1 652 655	1 652 655	-
	<b>3 385 201</b>			<b>15 177 804</b>	<b>15 226 812</b>	-

Nota: não inclui juros a receber e juros pré pagos

Em 31 de Dezembro de 2007, a carteira de títulos classificados como investimentos até à maturidade apresenta o seguinte detalhe:

	Quantidade	Valor nominal	Moeda	Valor de balanço	Valor de aquisição	Imparidade
Instrumentos de dívida						
Obrigações do Tesouro						
OT 5,85 05/2010	5 000	100,00	EUR	525 072	563 550	-
OT 4,2 10/16	200	100,00	EUR	19 850	19 840	-
Papel Comercial						
REN - 311* EMI	450 000	100,00	EUR	4 500 000	4 500 000	-
FUND I.PINHO 01	600 000	50.000,00	USD	2 037 905	2 037 905	-
IP HOLDING 1 EM	1 400 000	50.000,00	USD	4 755 112	4 755 112	-
VICAIMA FIN 01	460 000	50.000,00	USD	1 562 394	1 562 394	-
VICAIMA INV 01	460 000	50.000,00	USD	1 562 394	1 562 394	-
VICAIMA PART 01	460 000	50.000,00	USD	1 562 394	1 562 394	-
	<b>3 835 200</b>			<b>16 525 121</b>	<b>16 563 589</b>	-

Nota: não inclui juros a receber e juros pré pagos

Os títulos OT 5,85 05/2010 e OT 4,2 05/2016 encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal e do Fundo de Garantia de Depósitos, respectivamente (nota 29) para efeitos de garantia da participação do BAIE no SPGT - Sistema de Pagamentos de Grandes Transações e de substituição de parte do pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Até 3 meses	9 685 457	4 500 000
De 3 meses a 1 ano	4 957 965	11 480 198
De 1 a 5 anos	534 382	544 923
	<b>15 177 804</b>	<b>16 525 121</b>

Nota: não inclui juros a receber e juros pré pagos

## 11. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2008 foi a seguinte:

	31-Dez-07						31-Dez-08			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (Valor líquido)	Alienações (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	209 917	(80 054)	129 863	2 919	(17 125)	-	-	212 836	(97 179)	115 657
Equipamento										
Mobiliário e material	179 265	(149 450)	29 815	-	(14 032)	-	-	179 265	(163 482)	15 783
Máquinas e ferramentas	21 948	(21 755)	193	2 679	(450)	-	-	24 635	(22 213)	2 422
Equipamento informático	371 888	(337 877)	34 011	46 904	(26 100)	-	-	418 792	(363 977)	54 815
Instalações interiores	186 768	(130 946)	55 822	-	(18 215)	-	-	186 768	(149 161)	37 607
Equipamento de segurança	76 683	(54 400)	22 283	4 342	(5 428)	-	-	81 026	(59 829)	21 197
Outros equipamentos	4 153	(4 153)	-	-	-	-	-	4 153	(4 153)	-
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1 650 622</b>	<b>(778 635)</b>	<b>271 987</b>	<b>56 844</b>	<b>(81 359)</b>	-	-	<b>1 187 475</b>	<b>(859 994)</b>	<b>247 481</b>

A rubrica de "Amortizações do exercício" na Demonstração de Resultados inclui uma amortização extraordinária no valor de Euros 29,714 relativa a um conjunto de obras de arte (quadros) que se encontravam registados na rubrica de Balanço de "Outros activos" (nota 15).

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2007 foi a seguinte:

	30-Dez-06						31-Dez-07			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (Valor líquido)	Alienações (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	402 326	(146 311)	256 015	40 212	(38 422)	(127 942)	-	209 917	(80 054)	129 863
Equipamento										
Mobiliário e material	178 910	(132 730)	46 180	801	(15 705)	-	(1 461)	179 265	(149 450)	29 815
Máquinas e ferramentas	21 725	(19 719)	2 006	223	(2 036)	-	-	21 948	(21 755)	193
Equipamento informático	357 979	(308 317)	49 662	18 303	(33 954)	-	-	371 888	(337 877)	34 011
Instalações interiores	184 468	(115 375)	69 093	5 020	(15 372)	(2 719)	-	186 768	(130 946)	55 822
Equipamento de segurança	70 383	(52 684)	17 699	9 870	(3 203)	(2 063)	-	76 683	(54 400)	22 283
Outros equipamentos	4 153	(4 153)	-	-	-	-	-	4 153	(4 153)	-
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1 219 944</b>	<b>(779 289)</b>	<b>440 655</b>	<b>74 429</b>	<b>(108 892)</b>	<b>(132 744)</b>	<b>(1 461)</b>	<b>1 050 622</b>	<b>(778 635)</b>	<b>271 987</b>

## 12. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2008 foi a seguinte:

	31-Dez-07						31-Dez-08			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (Valor líquido)	Alienações (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	544 591	(525 009)	19 582	93 136	(29 590)	-	-	637 728	(590 940)	86 788
Activos intangíveis em curso	-	-	-	2 101	-	-	-	2 101	-	2 101
	<b>544 591</b>	<b>(525 009)</b>	<b>19 582</b>	<b>95 237</b>	<b>(29 590)</b>	-	-	<b>639 829</b>	<b>(590 940)</b>	<b>88 889</b>

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2007 foi a seguinte:

	31-Dez-06						31-Dez-07			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (Valor líquido)	Alienações (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	538 078	(485 549)	52 529	6 513	(39 460)	-	-	544 591	(525 009)	19 582
Activos intangíveis em curso	20 088	-	20 088	-	-	(20 088)	-	-	-	-
	<b>558 166</b>	<b>(485 549)</b>	<b>72 617</b>	<b>6 513</b>	<b>(39 460)</b>	<b>(20 088)</b>	-	<b>544 591</b>	<b>(525 009)</b>	<b>19 582</b>

## 13. Investimentos em filiais e associadas

Nesta rubrica encontra-se registado o valor correspondente à participação financeira numa empresa associada, Founton, Ltd (nota 2.8), o qual se resume como segue:

Participação efectiva (%)	Valor balanço BAIE (a)	Custo de aquisição em USD	Impacto da aplicação método de equivalência patrimonial (b) (c)	
			Em reservas de reavaliação	No resultado líquido
17,0%	948 469	834 937	( 949 502)	109 149

(a) Taxa de conversão EUR/USD é de 0,8803 referente a taxa fixing histórica à data de aquisição em Novembro de 2001.

(b) Taxa de conversão EUR/USD utilizada é de 1,3917 que corresponde à taxa fixing com referência a 31 de Dezembro de 2008.

(c) Valores apurados com base nas demonstrações financeiras da empresa participada com referência a 31 de Dezembro de 2008 e considerando os devidos ajustamentos para o referencial contabilístico utilizado pelo Banco BAI Europa - NCA.

Com base numa estimativa para apuramento do justo valor da participação financeira efectuada pelo Conselho de Administração do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2008, utilizando para o efeito informação financeira da empresa e o modelo de projecção de *cash flows* descontados, concluiu-se que o justo valor é superior ao valor de balanço, não existindo portanto qualquer evidência de imparidade ou necessidade de registar qualquer perda para esse efeito em relação ao montante do investimento reconhecido em balanço.

A 31 de Dezembro de 2008 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada encontram-se apresentados na nota 31.

## 14. Activos e Passivos por impostos

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 28):

	31-Dez-08	31-Dez-07
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em passivos	14 234	72 991
Por prejuízos fiscais	14 258	623 172
	<b>28 492</b>	<b>696 163</b>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	( 44 382)	( 30 445)
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em activos	( 16 465)	( 20 794)
	<b>( 60 847)</b>	<b>( 51 239)</b>

## 15. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo		
IVA a recuperar	14 142	11 556
Outros	12 538	-
Outros devedores diversos	6 072	709
Outros activos		
Património artístico (nota 11)	-	29 714
Outros rendimentos a receber		
Créditos documentários	40 928	34 788
Despesas com encargo diferido		
Seguros	28 563	23 885
Outras	7 672	26 178
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 20 e 30)		
Pensões reforma	( 180 571)	-
Pós-emprego com cuidados médicos	( 48 012)	-
Desvios actuariais	270 705	-
	<b>152 037</b>	<b>126 830</b>

## 16. Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Recursos de outros bancos centrais		
A ordem	79 958	76 256
A prazo	437 883 545	1 366 924
Juros a pagar	2 406 683	10 076
	<b>440 370 186</b>	<b>1 453 256</b>

	31-Dez-08	31-Dez-07
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
A ordem	30 013 104	5 646 111
A muito curto prazo	-	1 358 603
A prazo	529 545 811	292 129 355
Juros a pagar	2 531 352	1 171 124
	<b>562 090 267</b>	<b>300 305 193</b>
	<b>1 002 460 453</b>	<b>301 758 449</b>

O montante correspondente a Euros 33 320 047 (2007 – Euros 18 868 304) do valor total da rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – A prazo", encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de garantias e avales, operações de crédito sobre clientes e aplicações em instituições de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Até 3 meses	992 201 871	291 164 257
De 3 meses a 1 ano	5 320 547	9 412 992
	<b>997 522 418</b>	<b>300 577 249</b>

## 17. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Depósitos à ordem		
De emigrantes	-	913
De outros residentes	7 776 438	6 501 008
De não residentes	29 679 251	17 625 821
Depósitos a prazo		
De outros residentes	13 630 017	2 163 190
De não residentes	67 896 451	53 302 269
Outros recursos	62	1 240 436
Juros a pagar	282 694	178 681
	<b>119 264 913</b>	<b>81 012 318</b>

O montante correspondente a Euros 310 564 (2007 – Euros 433 755) do valor total da rubrica de "Recursos de clientes e outros empréstimos", encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes.

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Até 3 meses	115 755 286	80 058 135
De 3 meses a 1 ano	3 226 933	775 502
	<b>118 982 219</b>	<b>80 833 637</b>

Nota: não inclui juros a pagar

## 18. Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2008 foi o seguinte:

	31-Dez-07	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /Utilizações	Diferenças cambiais	31-Dez-08
	Saldo inicial					Saldo final
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	123 356	112 603	( 192 803)	-	81 052	124 208
Crédito vencido	33 273	235 184	( 185 040)	108 273	( 50 400)	141 290
Risco-país	151 161	2 000 784	( 235 854)	-	-	1 916 091
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	475 511	114 640	( 87 169)	-	-	502 982
	<b>783 301</b>	<b>2 463 211</b>	<b>( 700 866)</b>	<b>108 273</b>	<b>30 652</b>	<b>2 684 571</b>

	31-Dez-07	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /Utilizações	Diferenças cambiais	31-Dez-08
	Saldo inicial					Saldo final
Riscos gerais de crédito						
Crédito concedido	255 484	460 080	( 178 735)	-	-	536 829
Crédito por assinatura	83 666	167 939	( 125 216)	-	-	126 389
Outras provisões	-	-	-	-	-	-
	<b>339 150</b>	<b>628 019</b>	<b>( 303 951)</b>	-	-	<b>663 218</b>
	<b>1 122 451</b>	<b>3 091 230</b>	<b>(1 004 817)</b>	<b>108 273</b>	<b>30 652</b>	<b>3 347 789</b>

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2007 foi a seguinte:

	31-Dez-06	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /Utilizações	Diferenças cambiais	31-Dez-07
	Saldo inicial					Saldo final
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	17 273	124 477	( 18 393)	-	-	123 357
Crédito vencido	3 595 701	87 468	( 1 218 296)	( 2 483 188)	31 587	33 272
Risco-país	3 501	324 130	( 176 470)	-	-	151 161
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	-	475 511	-	-	-	475 511
	<b>3 616 475</b>	<b>1 011 586</b>	<b>(1 413 159)</b>	<b>( 2 483 188)</b>	<b>31 587</b>	<b>783 301</b>
Riscos gerais de crédito						
Crédito concedido	222 501	125 064	( 92 081)	-	-	255 484
Crédito por assinatura	86 863	93 239	( 96 436)	-	-	83 666
Outras provisões	12 120	28 071	-	( 40 191)	-	-
	<b>321 484</b>	<b>246 374</b>	<b>( 188 517)</b>	<b>( 40 191)</b>	-	<b>339 150</b>
	<b>3 937 959</b>	<b>1 257 960</b>	<b>(1 601 676)</b>	<b>( 2 503 379)</b>	<b>31 587</b>	<b>1 122 451</b>

## 19. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Dívida titulada emitida	4 500 000	4 500 000
Juros a pagar	508	721
	<b>4 500 508</b>	<b>4 500 721</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor correspondente à dívida titulada emitida consiste na emissão de obrigações de caixa subordinadas, apresentando as seguintes características técnicas:

Emitente:	Banco BAI Europa, S.A.
Modalidade:	Emissão de obrigações de caixa subordinadas.
Data de emissão:	30 de Junho de 2004.
Data de vencimento:	8 anos, a contar da data de emissão.
Subordinação do:	Em caso de falência ou liquidação do emitente, o reembolso das obrigações, bem como o pagamento de juros, ficam subordinados ao prévio reembolso de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores prioridade sobre os accionistas da sociedade emitente.

Fundos próprios: Considerado para efeitos de fundos próprios complementares ("Tower tier 2"), dentro dos limites estabelecidos no Aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro, de acordo com autorização expressa do Banco de Portugal.

## 20. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo		
IVA	-	78
Retenção de impostos na fonte	253 272	63 936
Contribuições para a segurança social	12 786	10 836
Cobranças por conta de terceiros	549	523
Contribuições para outros sistemas de saúde	3 446	4 610
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	1 197	27 098
Outros credores	-	( 66 534)
Despesas com encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Encargos com férias e outros subsídios	247 810	196 605
Outros encargos a pagar	195 987	38 332
Receitas com rendimento diferido		
De garantias prestadas (nota 29)	28 776	26 870
De créditos documentários (nota 29)	151 087	26 762
Outros (nota 29)	8 982	8 491

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 15 e 30)		
Pensões reforma	-	272 331
Pós-emprego com cuidados médicos	-	57 918
Desvios actuariais	-	( 237 317)
Benefícios de longo prazo - prémios de antiguidade	50 404	48 531
Operações activas a regularizar	276 281	347 466
	<b>1 230 577</b>	<b>826 536</b>

## 21. Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital próprio apresenta a seguinte estrutura:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Capital realizado	30 000 000	17 500 000
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas de reavaliação		
De activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital (nota 7)	998	15 217
Outros (nota 7)	( 372 809)	-
Reservas por impostos diferidos (nota 28)		
Por diferenças temporárias		
De activos financeiros disponíveis para venda	( 2 602)	-
Reserva legal	257 379	257 379
Resultados transitados		
Aprovados	( 2 113 441)	( 3 780 159)
Ajustamentos de transição IFRS1 - NCA	830 264	830 264
Resultado do exercício	2 015 842	1 666 720
	<b>30 615 631</b>	<b>16 489 421</b>

O capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 6.000.000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euros 5 cada. A 31 de Dezembro de 2008, o BAI - instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco. Nos termos definidos no art. 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e respectivas alterações subsequentes, o Banco deve dispor uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de reserva legal, até ao limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior.

## 22. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Juros e rendimentos similares em:		
Aplicações em instituições de crédito	24 082 560	16 342 720
Crédito a clientes	3 409 045	2 039 909
Investimentos detidos até à maturidade	1 124 164	289 817
Activos disponíveis para venda	337 688	48 532
Comissões recebidas ao custo amortizado em:		
Aplicações em instituições de crédito	24 585	8 883
	<b>28 978 042</b>	<b>18 729 861</b>
Juros e gastos similares de:		
Recursos de instituições financeiras	(21 877 489)	(14 600 721)
Recursos de clientes	( 2 030 912)	( 1 624 737)
Passivos subordinados	( 271 027)	( 231 970)
Outros	-	( 335)
Comissões pagas ao custo amortizado de:		
Recursos de instituições financeiras	-	( 862)
Crédito a clientes	( 1 038)	-
	<b>(24 180 466)</b>	<b>(16 458 625)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>4 797 576</b>	<b>2 271 236</b>

## 23. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por garantias prestadas	681 661	409 713
Por compromissos assumidos perante terceiros	6	104

	31-Dez-08	31-Dez-07
Por serviços prestados	728 563	565 877
Outras comissões recebidas	994	50
	<b>1 411 224</b>	<b>975 744</b>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	( 12 776)	-
Por serviços prestados por terceiros	( 48 894)	( 47 236)
Por operações realizadas por terceiros	( 240)	-
	<b>( 61 910)</b>	<b>( 47 236)</b>
	<b>1 349 314</b>	<b>928 508</b>

#### 24. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 6):

	31-Dez-08	31-Dez-07
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	155 255 453	12 382 919
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	(155 460 624)	(12 230 889)
	<b>( 205 171)</b>	<b>152 030</b>

#### 25. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	109 643	82 184
Outros proveitos de exploração	19 587	13 922
	<b>129 230</b>	<b>96 106</b>
Outros custos de exploração		
Quotizações	( 4 504)	( 2 820)
Contribuições para o Fundo Garantia de Depósitos	( 15 750)	( 14 875)
Impostos indirectos e taxas	( 90 503)	( 102 065)
Outros encargos e gastos operacionais	( 15 998)	( 10 643)
	<b>( 126 755)</b>	<b>( 130 403)</b>
	<b>2 475</b>	<b>( 34 297)</b>

#### 26. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	( 312 000)	( 321 000)
Remuneração de empregados	( 793 689)	( 646 638)
Encargos sociais obrigatórios	( 271 433)	( 215 935)
Outros custos com pessoal	( 41 219)	( 6 915)
	<b>( 1 418 341)</b>	<b>( 1 190 488)</b>

O Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

O número de efectivos apresenta a seguinte estrutura:

	31-Dez-08		31-Dez-07	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores	2	2	2	2
Quadros superiores	5	5	4	5
Outros quadros e colaboradores	14	15	13	15
	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>22</b>

#### 27. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Serviços especializados	( 566 521)	( 404 589)
Rendas e alugueres	( 239 809)	( 280 188)
Comunicações	( 111 676)	( 100 562)
Conservação e reparação	( 37 011)	( 35 477)
Deslocações, estadas e representação	( 47 721)	( 40 397)
Água energia e combustíveis	( 21 341)	( 21 369)
Material de consumo corrente	( 16 101)	( 10 688)
Publicações e publicidade	( 25 067)	( 20 881)
Formação de pessoal	( 10 526)	( 8 713)
Seguros	( 7 727)	( 11 292)
Outros	( 1 492)	( 926)
	<b>( 1 084 992)</b>	<b>( 935 082)</b>

#### 28. Impostos sobre lucros

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2008 foi o seguinte (nota 14):

	31-Dez-07	Reservas	Resultados	31-Dez-08
	Saldo inicial			Saldo final
Activos por imposto diferido				
Provisão p/credito e créditos abatidos não dedutíveis	35 503	-	( 34 626)	877
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	24 627	-	( 24 627)	-
Prémio antiguidade ACTV	12 861	-	496	13 357
Prejuízos fiscais reportáveis	623 172	-	( 608 914)	14 258
	<b>696 163</b>	<b>-</b>	<b>( 667 671)</b>	<b>28 492</b>
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	-	( 2 602)	-	( 2 602)
Ajustamentos transição NCA	( 20 794)	-	6 931	( 13 863)
	<b>( 20 794)</b>	<b>( 2 602)</b>	<b>6 931</b>	<b>( 16 465)</b>
	<b>675 369</b>	<b>( 2 602)</b>	<b>( 660 740)</b>	<b>12 027</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2007 foi o seguinte (nota 14):

	31-Dez-06	Capitais Proprios	Resultados	31-Dez-07
	Saldo inicial			Saldo final
Activos por imposto diferido				
Provisão p/credito e créditos abatidos não dedutíveis	115 092	-	( 79 589)	35 503
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	21 839	-	2 788	24 627
Prémio antiguidade ACTV	6 887	-	5 974	12 861
Perdas em operações com derivados não liquidados	41 767	-	( 41 767)	-
Ajustamentos transição NCA	11 909	-	( 11 909)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	441 292	-	181 880	623 172
	<b>638 786</b>	<b>-</b>	<b>57 377</b>	<b>696 163</b>
Passivos por imposto diferido				
Ganhos em operações com derivados não liquidados	( 117 321)	-	117 321	-
Ajustamentos transição NCA	-	-	( 20 794)	( 20 794)
	<b>( 117 321)</b>	<b>-</b>	<b>96 527</b>	<b>( 20 794)</b>
	<b>521 465</b>	<b>-</b>	<b>153 904</b>	<b>675 369</b>

No exercício de 2008 e 2007, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, são apresentados em seguida:

	2008	2007
Impostos correntes		
Do exercício	( 45 220)	( 30 556)
Correcções de impostos de exercícios anteriores	559	( 54 181)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	( 660 740)	153 904
Total dos impostos em resultados	<b>( 705 401)</b>	<b>69 167</b>
Resultado antes de impostos	2 721 243	1 597 553
Carga fiscal	<b>-25,9%</b>	<b>4,3%</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas no exercício de 2008 e 2007 é apresentada em seguida:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes impostos		2 721 243		1 597 553
Imposto apurados com base na taxa nominal	26,5%	( 721 129)	26,5%	( 423 352)
Ajustamentos ao lucro contabilístico:				
Ajustamentos transição NCA	3,4%	93 623	-0,4%	( 6 931)
Provisões	-1,9%	( 51 252)	-2,6%	( 41 851)
Outros proventos e custos tributáveis	-0,6%	( 15 402)	-0,4%	( 5 778)
Pensões de reforma e outros benefícios	1,4%	38 155	1,4%	22 794
Resultados de sociedade em regime transparência fiscal	0,0%	-	0,0%	-
Mais e menos valias	0,0%	-	0,0%	217
Benefícios fiscais	0,0%	982	0,0%	374
Utilização (aumento) prejuízo fiscal	24,1%	655 023	28,5%	454 527
Tributação autónoma e derrama	-1,7%	( 45 220)	-1,9%	( 30 556)
Correcções de impostos de exercícios anteriores		559		( 54 181)
Impostos diferidos:				
Provisão p/ crédito e créditos abatidos não dedutíveis	-1,3%	( 34 626)	-5,0%	( 79 589)
Pensões de reforma e outorgados médicos pós-emprego	-0,9%	( 24 627)	0,2%	2 788
Prémio antiguidade ACTV	0,0%	496	0,4%	5 974
Ganhos e Perdas em operações derivadas não liquidadas	0,0%	-	4,7%	75 554
Ajustamentos de transição NCA	0,3%	6 931	-2,0%	( 32 703)
Prejuízos fiscais	-22,4%	( 608 914)	11,4%	181 880
	<b>-25,9%</b>	<b>( 705 401)</b>	<b>4,3%</b>	<b>69 167</b>

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31-Dez-08	31-Dez-07
IRC	25,0%	25,0%
Derrama	1,5%	1,5%
	<b>26,5%</b>	<b>26,5%</b>

#### 29. Rubricas extrapatrimoniais

Os passivos e activos contingentes encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Passivos eventuais		
Garantias e avales (nota 16)	7 772 911	6 583 211
Créditos documentários abertos	137 289 107	51 199 063
Activos dados em garantia (notas 8 e 10)	2 740 890	3 377 293
Fianças	500	500
Compromissos perante terceiros		
Contratos a prazo de depósitos	552 187	-
Linhas de crédito irrevogáveis	16 469 521	7 880 922
Outros	1 197 576	1 132 169
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	14 452 128	17 313 855
De cobrança de valores	35 355	103 284
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	500 000	500 000
Garantias recebidas (notas 16 e 17)	100 215 853	59 102 061
	<b>281 226 028</b>	<b>147 192 358</b>

Os valores registados nas rubricas de "Garantias e avales", encontram-se garantidos por depósitos de instituições de crédito no montante de Euros 6 374 585, respectivamente (nota 16).

O saldo apresentado na rubrica "Contrato a prazo de depósitos" diz respeito a responsabilidades assumidas com depósitos a prazo a serem constituídos pelo Banco em data posterior.

A rubrica correspondente a "Compromissos perante terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis" diz respeito a linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

O valor apresentado na rubrica "Compromissos assumidos por terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis" diz respeito a uma linha de crédito *intra-day* concedida para o Banco efectuar transacções via SPGT - Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções.

A rubrica de "Activos recebidos em garantia" apresenta em 31 de Dezembro de 2008 a seguinte decomposição:

	Instituições de crédito	Cientes	Total
Depósitos caução recebidos (notas 16 e 17)	33 320 047	310 564	33 630 611
Depósitos caução junto de instituições do grupo	-	1 913 467	1 913 467
Outros instrumentos financeiros caucionados (nota 5)	3 132 969	-	3 132 969
Penhores e cauções de títulos	-	16 951 519	16 951 519
Hipotecas de imóveis e terrenos	-	12 837 108	12 837 108
Avales e outras garantias pessoais	-	31 750 179	31 750 179
	<b>36 453 016</b>	<b>63 762 837</b>	<b>100 215 853</b>

A rubrica de "Activos recebidos em garantia" apresenta em 31 de Dezembro de 2007 a seguinte decomposição:

	Instituições de crédito	Cientes	Total
Depósitos caução recebidos	18 868 304	433 755	19 302 059
Penhores e cauções de títulos	-	11 431 253	11 431 253
Hipotecas de imóveis e terrenos	-	11 871 820	11 871 820
Avales e outras garantias pessoais	-	16 496 929	16 496 929
	<b>18 868 304</b>	<b>40 233 757</b>	<b>59 102 061</b>

Os Depósitos caução recebidos dizem respeito a depósitos a prazo constituídos junto do Banco e encontram-se valorizados pelos respectivos montantes apresentados no balanço. As hipotecas de imóveis e terrenos encontram-se registadas pelo menor dos dois valores, o valor de avaliações efectuadas por técnicos especializados independentes, ou o valor do crédito associado. Os Penhores e as cauções de títulos de capital e de dívida referem-se a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes os quais se encontram valorizados ao valor nominal. Os avales e outras garantias pessoais dizem igualmente respeito a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes encontrando-se valorizados pelo valor da responsabilidade a cobrir que se encontra em aberto à data de referência.

#### 30. Responsabilidade com pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo

Tal como descrito na nota 2.10, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores abrangidos pelo ACTV ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco, é efectuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

A PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *Projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2008 os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Colaboradores	12	14
Pensionistas	1	1
Reformados por velhice	1	1
Ex-participantes	20	18

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31-Dez-08	31-Dez-07	31-Dez-08	31-Dez-07
Hipóteses financeiras verificadas:				
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%	5,50%	-11,91%	0,85%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%	18,71%	8,75%
Taxa técnica de juro	5,50%	5,00%	5,50%	4,75%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,50%	4,89%	2,50%
Hipóteses demográficas verificadas:				
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	-	-
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe	-	-
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos	-	-
Percentagem de casados	80,00%	80,00%	-	-

Conforme informação acima apresentada, em 31 de Dezembro de 2008, o Banco alterou o pressuposto actuarial referente à taxa técnica de juro. Esta alteração de pressupostos deu origem a um desagravamento de responsabilidades em Euros 185 312.

Para além do Plano de Pensões do ACTV, o BAIE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no Plano Complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do tempo de serviço prestado no BAIE e o salário auferido até essa mesma data.

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2008 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAIE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAIE.

Adicionalmente, o Banco reconhece as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV). O montante de responsabilidades com o SAMS e com os prémios de antiguidades é a seguinte:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades com serviços passados com cuidados médicos - SAMS (notas 15 e 20)	48 012	57 918
Variação custo (ganho) do exercício	(9 906)	6 128
Responsabilidades com serviços passados com prémio antiguidade - ACTV (nota 20)	50 404	48 531
Utilização provisão	-	-
Variação custo (ganho) do exercício	1 873	(3 444)

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor actual das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência é como se segue:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades por serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	255 841	270 779
Responsabilidades por serviços passados de colaboradores no activo	1 144 458	1 199 119
	<b>1 400 299</b>	<b>1 469 898</b>
Responsabilidades por serviços futuros	991 413	1 365 384
<b>Responsabilidades por serviços totais</b>	<b>2 391 712</b>	<b>2 835 282</b>

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta a seguintes condições:

Seguradora:	Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Tomador do seguro:	Banco BAI Europa, S.A.
Duração do Contrato:	Contrato anual, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano.
Grupo segurável:	Trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão.
Beneficiários:	Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades totais		
Responsabilidade de pensões em pagamento	255 841	270 779
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo	1 144 458	1 199 119
	<b>1 400 299</b>	<b>1 469 898</b>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Saldo inicial	1 197 542	1 057 240
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	(172 402)	9 761
Contribuições para o fundo de pensões	212 269	147 388
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 168)	(4 335)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 514)	(12 486)
	<b>1 219 727</b>	<b>1 197 568</b>
Grau de cobertura	87,1%	81,5%
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir (95%)	1 343 076	1 409 942
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões	123 349	212 374

Da análise da informação apresentada no quadro acima, salienta-se que o grau de cobertura de responsabilidades pelo fundo de pensões é inferior ao nível mínimo legalmente exigido a 31 de Dezembro de 2008. No entanto, a 8 de Janeiro de 2009, para efeitos de contribuição para o fundo de pensões, foi transferido o montante de Euros 123 348.

Em 31 de Dezembro de 2008 as demonstrações financeiras registam os seguintes elementos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades totais		
Total de responsabilidades por pensões em pagamento	255 841	270 779
Total de responsabilidades por serviços passados	1 144 458	1 199 119
	<b>1 400 299</b>	<b>1 469 898</b>
Situação patrimonial do fundo de pensões (notas 15 e 20)	1 219 727	1 197 568
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma (nota 15 e 20)	1 400 299	1 469 898
Responsabilidade não reconhecida	-	-
<b>Corredor, maior dos dois valores:</b>	<b>140 030</b>	<b>146 990</b>
10% total de Responsabilidades Serviços Passados	140 030	146 990
10% valor dos activos do Fundo de Pensões	121 973	119 757

Desvios actuariais (notas 15 e 20) :	(270 705)	(237 317)
Ganhos (perdas) actuariais incluídas no corredor	(140 030)	(146 990)
Ganhos (perdas) actuariais fora do corredor	(130 675)	(90 327)
Ganhos (perdas) actuariais fora do corredor de anos anteriores reconhecidos em resultados	3 613	-

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e ii) título emitido pelo Banco.

Os valores reflectidos nos custos com pessoal (nota 26) com responsabilidades com pensões de reforma do Banco no exercício de 2008 e de 2007 são os seguintes:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Acréscimos anual de responsabilidades:		
Custo do serviço corrente	60 108	50 470
Custo dos juros	73 061	67 519
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(49 686)	(48 612)
Reconhecimento de custos não reconhecidos em períodos anteriores e responsabilidades suportadas por colaboradores	37 002	(10 690)
<b>Total custos reconhecidos em resultados</b>	<b>120 485</b>	<b>58 687</b>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 e 2007, no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Responsabilidades no início do exercício	1 469 898	1 258 260
Custo do serviço corrente	60 108	50 470
Custo dos juros	73 061	67 519
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(49 686)	(48 612)
Perdas e (ganhos) actuarias reconhecidos no corredor	(6 959)	58 994
Perdas e (ganhos) actuarias fora do corredor	43 961	90 327
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 168)	(4 335)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 514)	(12 486)
Rendimento líquido do fundo	(172 402)	9 761
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 400 299</b>	<b>1 469 898</b>

Os desvios actuariais que ocorreram nos exercícios de 2008 e 2007 foram registados como segue:

	31-Dez-08	31-Dez-07
Perdas e (ganhos) actuarias reconhecidos no corredor		
Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	222 314	(198 789)
Relativos a alterações verificadas nos pressupostos e nas condições dos planos:	(185 312)	348 110
Pressupostos demográficos	-	-
Pressupostos financeiros	(185 312)	280 937
Metodologia	-	67 173
<b>Total</b>	<b>37 002</b>	<b>149 321</b>



## 31. Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas do BAI as empresas controladas pelo grupo BAI, os Administradores das empresas do grupo BAI, as empresas associadas e outras entidades com relação de influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2008 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
<b>Activos</b>					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	41 493 600	-	41 493 600
Crédito a clientes (nota 9)	2 599 445	1 762 924	-	5 862 023	10 224 392
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
<b>Passivos</b>					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	3 132 969	-	3 132 969
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	553 139 459	-	553 139 459
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	1 140 662	545 405	-	138 446	1 824 513
Outros passivos subordinados (nota 19)	-	-	4 500 508	-	4 500 508
Outros passivos (nota 20)	-	-	-	69	69
<b>Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)</b>					
Garantias e avales	-	-	5 521 972	-	5 521 972
Créditos documentários abertos	-	-	137 289 107	-	137 289 107
Activos recebidos em garantia	-	798 185	29 727 319	1 858 467	32 383 971
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	3 000 000	771 397	3 771 397
Swaps cambiais	-	-	22 790 174	-	22 790 174
<b>Total</b>	<b>4 688 576</b>	<b>3 106 514</b>	<b>800 595 108</b>	<b>8 630 402</b>	<b>817 020 600</b>
<b>Rendimentos</b>					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	269 906	24 065	950 755	121 822	1 366 548
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	5 255	729	723 137	1 982	731 103
<b>Gastos</b>					
Juros e gastos similares (nota 22)	(20 815)	(20 756)	(15 558 711)	(62 765)	(15 663 047)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(312 000)	-	-	(312 000)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	(10 301)	(10 301)
<b>Total</b>	<b>254 346</b>	<b>(307 962)</b>	<b>(13 884 819)</b>	<b>50 738</b>	<b>(13 887 697)</b>

Relativamente aos saldos e transacções com outras entidades relacionadas, referem-se essencialmente com empresas do grupo Sonangol, accionista de referência do BAI, SARL.

Em 31 de Dezembro de 2007 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
<b>Activos</b>					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	19 544 981	-	19 544 981
Crédito a clientes (nota 9)	2 817 104	552 456	-	1 534 348	4 903 908
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
<b>Passivos</b>					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	296 340 123	-	296 340 123
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	864 304	734 952	-	27 260 527	28 859 783
Outros passivos subordinados (nota 19)	-	-	4 500 721	-	4 500 721
Outros passivos (nota 20)	-	-	-	4 192	4 192
<b>Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)</b>					
Garantias e avales	-	-	4 870 593	-	4 870 593
Créditos documentários abertos	-	-	51 167 986	-	51 167 986
Activos recebidos em garantia	-	754 591	18 868 304	1 756 965	21 379 860
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	-	4 532	4 532
Swaps cambiais	-	-	22 890 815	-	22 890 815
<b>Total</b>	<b>4 629 877</b>	<b>2 041 999</b>	<b>418 183 523</b>	<b>30 560 564</b>	<b>455 415 963</b>
<b>Rendimentos</b>					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	288 075	39 193	603 829	114 776	1 045 873
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	7 088	250	448 003	92	455 433
<b>Gastos</b>					
Juros e gastos similares (nota 22)	(15 118)	(30 497)	(14 600 217)	(84 596)	(14 730 428)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(321 000)	-	-	(321 000)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	(19 496)	(19 496)
<b>Total</b>	<b>280 045</b>	<b>(312 054)</b>	<b>(13 548 385)</b>	<b>10 776</b>	<b>(13 569 618)</b>

## 32. Divulgações relativamente a instrumentos financeiros (IFRS 7)

Além de outras divulgações já efectuadas neste âmbito ao longo de algumas das notas anteriores, apresentamos em seguida informação adicional exigida nos termos da IFRS 7.

## Risco de crédito e Fundos próprios

Globalmente, o risco de crédito do activo do Banco é representado por dois grandes grupos de operações, crédito no mercado monetário interbancário e crédito a clientes titulado ou não titulado.

A carteira de crédito a clientes é composta quase na sua totalidade por crédito a empresas (nota 9). O actual processo de gestão do risco de crédito a clientes é em função das características específicas do cliente e do produto, e da fase do ciclo de crédito. São efectuadas análises de risco de crédito com base na informação financeira actualizada do cliente e com base em outra informação adicional (capacidade de gestão, expectativas futuras, comportamento e expectativas do mercado específico, capacidade competitiva, *cash-flow* previsionais, etc.).

Periodicamente é solicitado aos clientes informação financeira actualizada para efeitos de acompanhamento da qualidade do risco da exposição.

Adicionalmente, são definidos limites máximos de exposição por cliente ou por grupo de clientes ligados entre si e por mercados emergentes em função dos fundos próprios do Banco, conforme se apresenta em seguida.

		31-Dez-08	31-Dez-07
Fundos próprios		33 280 526	19 139 475
Limites de exposição:			
Cliente ou grupo de clientes interligados	25,00%	8 320 132	4 784 869
Entidade com participação qualificada	10,00%	3 328 053	1 913 948
Mercados emergentes	30,00%	9 984 158	5 741 843

Apresenta-se em seguida os fundos próprios e requisitos de fundos próprios do Banco determinados nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/92, de 29 de Dezembro:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Fundos próprios totais (1+2+3)</b>	<b>33 280 525</b>	<b>19 139 475</b>
<b>1. Fundos Próprios de Base (Tier1)</b>	<b>28 987 150</b>	<b>14 681 942</b>
Capital realizado (nota 21)	30 000 000	17 500 000
Reservas legais (nota 21)	257 379	257 379
Reservas por impostos diferidos (nota 21)	(2 602)	-
Perdas não realizadas com activos disponíveis para venda (notas 7 e 21)	(438 827)	(15 633)
Resultados transitados (nota 21)	(1 283 177)	(2 949 895)
Activos intangíveis líquidos (nota 12)	(88 889)	(19 582)
Resultado líquido do primeiro semestre auditado (a)	673 941	-
Perdas actuariais com responsabilidades com pensões ainda não reconhecidas como custo acima do corredor	(130 675)	(90 327)
<b>2. Fundos Próprios Complementares (TierII)</b>	<b>4 293 375</b>	<b>4 853 033</b>
Empréstimos subordinados - 80% de elegibilidade (nota 19)	3 600 000	4 500 000
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 18)	663 218	339 150
45% dos ganhos não realizados com activos disponíveis para venda (notas 7 e 21)	30 157	13 883
<b>3. Riscos cobertos por fundos próprios</b>	<b>-</b>	<b>(395 500)</b>

(a) O RLE referente ao exercício de 2008 só elegível de fundos próprios após a data de emissão da respectiva Certificação Legal de Contas.

	31-Dez-08	31-Dez-07
Fundos próprios totais	33 280 525	19 139 475
Risco crédito (activos e extrapatrimoniais ponderados) e risco operacional	396 561 619	129 185 661
Rácio de solvabilidade	8,4%	14,8%

Durante os exercícios de 2008 e de 2007 o Banco cumpriu todos os requisitos de fundos próprios definidos pela entidade de supervisão bancária, o Banco de Portugal, nomeadamente as exigências definidas pelos Avisos n.º 5/2007 e n.º 9/2007, ambos de 27 de Abril, os quais definem as obrigações das instituições de crédito e empresas de investimento relativamente aos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional.

Relativamente às operações de crédito no mercado monetário interbancário, são definidos limites de contraparte com base na informação financeira disponível por instituição de crédito, incluindo a respectiva notação de *rating* definida pelas agências internacionais. Periodicamente, são revistos os limites de contraparte através da obtenção da informação financeira actualizada.

Em 31 de Dezembro de 2008 o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Crédito e juros vencidos:</b>		
Créditos e juros vencidos a menos de 90 dias	16 917	73 824
Créditos vencidos entre 90 e 180 dias	758	-
Créditos vencidos entre 6 a 12 meses	4 194	50 000
Créditos vencidos entre 12 a 36 meses	239 976	1
Créditos vencidos a mais de 36 meses	20 008	19 656
<b>Total</b>	<b>281 853</b>	<b>143 481</b>

## Risco de mercado

O risco de mercado provém da variação do preço de instrumentos que resulta de alterações em taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções ou preço de *commodities*.

Na actual estratégia de gestão do balanço do Banco, o activo que se encontra mais sujeito a alterações de mercado é a carteira de crédito titulado que se encontra classificada quer como investimento detido até à maturidade quer como activos disponíveis para venda. A análise de risco destes instrumentos financeiros é efectuada na perspectiva do risco de crédito e não na perspectiva do risco de mercado, considerando que a tomada de posição nestes activos é efectuada numa óptica de investimento e não tem como objectivo a realização de mais valias com venda antecipada.

Paralelamente, existe uma carteira de títulos de capital que representa uma parcela sem expressão relevante do total dos activos do Banco. Consequentemente o seu acompanhamento não necessita de desenvolvimento de um modelo de gestão de risco específico.

## Risco de liquidez

Diariamente, semanalmente e mensalmente são produzidos vários mapas com informação sobre os prazos residuais dos activos e passivos financeiros por moeda, calculando-se para cada intervalo de tempo, a diferença, em montante, entre *cash inflows* e *cash outflows* e o respectivo *gap* de liquidez.

Com este conjunto de informação, torna-se possível identificar atempadamente alguns dos *gaps* de liquidez no sentido de planear a cobertura dinâmica dos mesmos, e por outro lado apurar os recursos financeiros disponíveis para serem aplicados.

Por outro lado, na estratégia de gestão de activos e passivos do balanço, o Banco mantém, actualmente, uma carteira significativa de activos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, face à natureza e duração dos passivos, que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 7 dias.

Em 31 de Dezembro de 2008 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	111 445 417	-	-	-	111 445 417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12 097 730	-	-	-	12 097 730
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	3 132 969	-	3 132 969
Activos financeiros disponíveis para venda	37 566	-	5 029 820	2 450 613	7 517 999
Aplicações em instituições de crédito	864 910 826	60 391 693	-	-	925 302 519
Crédito a clientes	62 245 009	5 530 305	14 914 986	4 713 660	87 403 960
Investimentos detidos até à maturidade	9 822 658	4 957 965	534 382	-	15 315 005
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	<b>1 060 559 206</b>	<b>70 879 963</b>	<b>20 479 188</b>	<b>11 245 711</b>	<b>1 163 164 068</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	(440 370 186)	-	-	-	(440 370 186)
Recursos de outras instituições de crédito	(556 769 720)	(5 320 547)	-	-	(562 090 267)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(116 037 980)	(3 226 933)	-	-	(119 264 913)
Outros passivos subordinados	-	-	(4 500 508)	-	(4 500 508)
	<b>(1 113 177 886)</b>	<b>(8 547 480)</b>	<b>(4 500 508)</b>	<b>-</b>	<b>(1 126 225 874)</b>
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>(52 618 680)</b>	<b>62 671 654</b>	<b>16 531 278</b>	<b>11 245 711</b>	<b>37 829 963</b>
<b>Diferencial / GapAcumulado</b>	<b>(52 618 680)</b>	<b>10 052 974</b>	<b>26 584 252</b>	<b>37 829 963</b>	
<b>Diferencial / GapAcumulado 31-12-2007</b>	<b>(34 479 302)</b>	<b>(30 324 584)</b>	<b>11 890 721</b>	<b>16 814 319</b>	
<b>Derivados (nocional)</b>					
	-	339 171	552 598	-	891 769

### Risco cambial

Na actual política de gestão de risco cambial, são definidos limites de posição cambial, pelo que diariamente são acompanhadas as várias posições cambiais por moedas no balanço do Banco e o comportamento das respectivas divisas no mercado.

Considerando os limites de exposição definidos, as necessidades de liquidez por moeda, e o comportamento das várias divisas no mercado, as posições cambiais são cobertas economicamente, quer através de negociação no mercado cambial à vista, quer através da utilização de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2008, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	Euros	USD expressos em Euros	Outras	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	111 389 245	56 172	-	111 445 417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 773 212	7 043 189	281 329	12 097 730
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	3 132 969	-	3 132 969
Activos financeiros disponíveis para venda	456 602	7 061 397	-	7 517 999
Aplicações em instituições de crédito	2 489 909	922 812 610	-	925 302 519
Crédito a clientes	30 233 640	57 170 320	-	87 403 960
Investimentos detidos até à maturidade	3 060 707	12 254 298	-	15 315 005
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	<b>153 351 784</b>	<b>1 009 530 955</b>	<b>281 329</b>	<b>1 163 164 068</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	(555 687)	(439 814 499)	-	(440 370 186)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(3 132 969)	-	(3 132 969)
Recursos de outras instituições de crédito	(65 185 171)	(496 632 021)	(273 075)	(562 090 267)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(38 196 847)	(81 068 066)	-	(119 264 913)
Outros passivos subordinados	(4 500 508)	-	-	(4 500 508)
	<b>(1 038 438 213)</b>	<b>(1 020 647 555)</b>	<b>(273 075)</b>	<b>(1 129 358 843)</b>
<b>Derivados (nocional)</b>				
Valor positivo	11 840 971	22 256 951	-	34 097 922
Valor negativo	(25 000 000)	(10 949 202)	-	(35 949 202)
	<b>(13 159 029)</b>	<b>11 307 749</b>	<b>-</b>	<b>(1 851 280)</b>
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>N/A</b>	<b>191 149</b>	<b>8 254</b>	<b>199 403</b>
<b>Diferencial / Gap 31-12-2007</b>	<b>N/A</b>	<b>(498 342)</b>	<b>61 986</b>	<b>(436 356)</b>

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfasamento entre activos e passivos ou instrumentos financeiros registados fora do balanço sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro. Para este efeito foi desenvolvido um modelo para análise do risco de taxa de juro do balanço através do cálculo do *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro. Para cada um dos intervalos deve-se calcular o *gap* resultante da diferença entre total de fluxos activos e passivos e, caso aplicável, às operações registadas em rubricas extrapatrimoniais. O objectivo é verificar os *mismatches* existentes entre activos e passivos, e também a natureza destes face às perspectivas de comportamento de taxa de juro.

Como medidas de risco são calculadas por cada moeda, o *gap* de taxa de juro, a duração de activos e passivos, a *duration gap*, e a sensibilidade da margem financeira.

Em 31 de Dezembro de 2008 a estrutura dos instrumentos financeiros por sensibilidade à taxa de juro é a seguinte:

	À vista - 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 a 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
<b>Euros</b>						
Total de activos	139 373 328	18 723 710	18 144 494	22 157 569	21 472 082	12 525 920
Total de passivos	(29 350 229)	(50 624 161)	(5 561 380)	(4 555 469)	(4 500 000)	(4 500 000)
Total extrapatrimoniais	-	-	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>110 023 099</b>	<b>(31 900 451)</b>	<b>17 083 114</b>	<b>22 102 100</b>	<b>21 472 082</b>	<b>12 525 920</b>
<b>Diferencial / Gap 31-12-2007</b>	<b>41 593 700</b>	<b>9 977 487</b>	<b>13 477 058</b>	<b>17 073 637</b>	<b>17 128 137</b>	<b>13 614 165</b>
<b>USD</b>						
Total de activos	522 315 507	628 464 262	33 286 536	28 133 452	28 133 452	27 707 783
Total de passivos	(464 523 497)	(665 281 717)	(6 264 312)	(2 213 477)	-	-

	À vista - 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 a 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
Total extrapatrimoniais	-	-	(4 489 260)	(4 489 260)	(4 489 260)	(4 489 260)
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>57 792 010</b>	<b>(36 817 455)</b>	<b>22 532 964</b>	<b>21 430 715</b>	<b>23 644 192</b>	<b>23 218 523</b>
<b>Diferencial / Gap 31-12-2007</b>	<b>(45 980 909)</b>	<b>7 407 039</b>	<b>18 364 131</b>	<b>36 973 189</b>	<b>13 201 022</b>	<b>13 201 022</b>

### Justo Valor dos activos e passivos financeiros

O Banco não divulga a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor dos activos/passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, isto porque estes instrumentos financeiros não têm um mercado activo disponível e entendemos que as respectivas condições de preço (taxas de juro aplicadas) não diferem significativamente das taxas de mercado, bem como os instrumentos financeiros de maior maturidade encontram-se sujeitos a taxas de remuneração variável e os instrumentos de taxa de remuneração fixa apresentam maturidade inferior a 6 meses, logo o Valor Actualizado Líquido (técnica de valorização alternativa para apuramento do justo valor) corresponde, de uma forma geral, ao valor apresentado em balanço.

### 33. Processos judiciais e outras responsabilidades contingenciais

Em 2004, o Conselho de Administração aprovou um plano de reestruturação do banco com o objectivo de reduzir custos e redireccionar o negócio do Banco, visando o seu crescimento. A sua implementação teve início em Abril de 2004 tendo da mesma resultado a redução de 9 postos de trabalho. O Banco chegou a acordo com 3 dos trabalhadores abrangidos pela reestruturação para a rescisão dos respectivos contratos de trabalho, tendo desencadeado um processo de despedimento colectivo relativamente aos restantes colaboradores.

Tendo os trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo impugnado a decisão do Banco em tribunal, este será obrigado a continuar a suportar custos adicionais com a defesa da sua posição, não se conhecendo a esta data o seu desfecho final e consequentes impactos nas demonstrações financeiras.

### 34. Eventos subsequentes

Conforme referido na nota 30, o grau de cobertura de responsabilidades pelo fundo de pensões é inferior ao nível mínimo legalmente exigido a 31 de Dezembro 2008, em virtude do atraso na entrega do respectivo estudo de avaliação por parte da sociedade gestora do fundo. No entanto, em Janeiro de 2008 o Banco procedeu à transferência para o fundo de pensões o montante de Euros 123 348, pelo que a situação de incumprimento se encontra regularizada a essa data.

## Relatórios e Pareceres dos Auditores e Fiscal Único

### Certificação Legal das Contas

#### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco BAI Europa, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de €1 164 580 milhares e um total de capital próprio de €30 616 milhares, incluindo um resultado líquido de €2 016 milhares), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

#### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Europa, SA em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

**António Alberto Henriques Assis, R.O.C.**

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras

apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BAI Europa, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício e desde a data da nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

301773385



## PARTE J1

### MINISTÉRIO DA CULTURA

#### Direcção Regional de Cultura do Centro

##### Declaração de rectificação n.º 1356/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 9659/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 94, de 15 de Maio de 2009, rectificamos, onde se lê “Chefe de Divisão de Apoio à Criação e à Difusão Cultural”, deve ler-se “Chefe de Divisão de Criação e Difusão Cultural”.

18 de Maio de 2009. — O Director Regional, *António Pedro Couto da Rocha Pita*.

201817887

### CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

##### Aviso (extracto) n.º 10194/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30-08 e n.º 64-A/2008, de

31-12, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20-04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07-06, torna-se público que, por Despacho proferido pela Sr.ª Presidente desta Câmara Municipal em 03-09-2007, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão Municipal Financeira.

A divulgação na Bolsa de Emprego Público ocorrerá no dia seguinte ao da publicação do presente aviso, aceitando-se candidaturas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir dessa publicitação.

Este procedimento foi precedido de publicitação nos Jornais “Correio da Manhã” de 12-05-2009, “Diário de Notícias” de 13-05-2009 e “Público” de 14-05-2009.

13 de Maio de 2009. — O Vereador dos Serviços Municipais de Recursos Humanos, Organização, Informática, Actividades Económicas e Serviços Urbanos e Serviço de Saúde Ocupacional, *Carlos Manuel Coelho Revés*.

30180702



## PARTE J2

### TURISMO DO ALENTEJO, E. R. T.

##### Despacho n.º 12604/2009

Considerando o teor do parecer emitido pelo Conselho Coordenador de Avaliação da Turismo do Alentejo E.R.T. em 17 de Abril de 2009;

Considerando a existência de disponibilidades orçamentais para fazer face a alterações do posicionamento remuneratório, nos termos do meu despacho n.º 2/2009, de 8 de Janeiro;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 48.º e nos termos e com os fundamentos do despacho n.º 2/2009, determino a alteração da posição remuneratória das seguintes funcionárias:

Maria João Ernesto Mimoso Faisca de Macedo — fica posicionada na 4.ª posição remuneratória, nível remuneratório 23 da carreira de Técnico Superior

Maria da Conceição Barradas Grilo — fica posicionada na 4.ª posição remuneratória, nível remuneratório 23 da carreira de Técnico Superior

Silvia Maria Pinheiro Miranda Relvas — fica posicionada na 4.ª posição remuneratória, nível remuneratório 23 da carreira de Técnico Superior

Considerando o n.º 7 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e considerando a inexistência de lei especial em contrário, a presente alteração do posicionamento remuneratório reporta-se a 1 de Janeiro de 2009

O Conselho Coordenador de Avaliação da Turismo do Alentejo, E. R. T. emitiu o seguinte parecer:

«[...]»

Técnica Superior Maria João Macedo — é parecer do conselho que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo à qualidade e capacidade de concretização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2008, destacando-se pelo trabalho desenvolvido ao nível do Gabinete de Apoio ao Investidor.

Técnica Superior Silvia Relvas — é parecer do conselho que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao empenho demonstrado na realização do trabalho desenvolvido durante o ano de 2008, destacando-se pelo trabalho desenvolvido na organização e acompanhamento de projectos de promoção e apoio ao Gabinete de Apoio ao Investidor.

Técnica Superior Maria da Conceição Barradas Grilo — é parecer do conselho que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao seu empenho, dedicação e elevado profissionalismo demonstrado na realização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2008.»

20 de Abril de 2009. — O Presidente, *António José Ceia da Silva*.  
301776099